



NORDESTE
ATIVO E.M., S.A.

ERRATA

Prestação de Contas 2016



Papel/Cartão

- Caixas de cereais; bolachas, etc.
- Embalagens de leite e de sumos
- Sacos de papel
- Papel de embrulho
- Jornais e revistas
- Papel de escrita



Plástico e Metal

- Garrafas, garrafões e frascos de:
- Água, sumos e refrigerantes
 - Latas de bebida
 - Detergentes e produtos de higiene
 - Óleos alimentares
 - Sacos de plástico
 - Latas de conserva, etc.



Vidro

- Garrafas, Garrafões
- Frascos e Boides



Indiferenciados

- Restos orgânicos e tudo que não seja embalagem:
- Talheres alumínio
 - Lâmpadas
 - Panelas, tachos e frigideiras
 - Fruta
 - Outros alimentos



Pilhão

- Pilhas usadas dos comandos, das lanternas, dos relógios e baterias usadas (telemóvel, máquina fotográfica)



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2016

Nos termos da Lei e do pacto social o Conselho de Administração da **NORDESTE ATIVO E.M., S.A.** apresenta à Assembleia Geral da Sociedade o **RELATÓRIO DE GESTÃO** referente ao exercício de 2016.

ACTIVIDADE EMPRESARIAL

A missão desta empresa tem por fim satisfazer as necessidades de captação e distribuição de água para consumo público, da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, da recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos e a higiene pública no concelho do Nordeste.

Correspondendo às solicitações cada vez mais exigentes de uma maior eficiência dos serviços disponíveis á população e dos novos desafios que se impõe numa cultura de objetivos face a uma cultura de regras.

Os principais objetivos são:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

EXPLORAÇÃO

Enquadramento Macro Económico

Conjuntura Nacional

O ano de 2016, o segundo depois do final da intervenção da TROIKA em Portugal, foi mais um ano de consolidação dos efeitos das mudanças estruturais introduzidas pelo PAEF - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pese embora algumas reversões de políticas como a redução de feriados e o número de horas de trabalho da função pública.

Depois de vários anos de retração determinado, em parte, pela conjuntura internacional, mas em muito pelas políticas que tiveram de ser implementadas para se atingir a consolidação orçamental, 2016 é mais um ano de estabilização dos níveis de despesa pública, como forma de controlo do endividamento público.

O ano de 2016 afigurava-se com alguma incerteza em face do que seria a atuação do novo governo. O compromisso para com o controlo do défice acabou por criar um contexto estável em face das obrigações para com a União Europeia, embora com custos consideráveis para o investimento público e com turbulência fiscal significativa.

Em 2016, Portugal continuou a exibir um desempenho razoável nos mercados, embora que com algumas ameaças de subida das taxas de juro em novas dívidas. No quadro geral, o país parece ter, por mais um ano, consolidado a probabilidade de uma recuperação com alguma solidez. A taxa de crescimento da economia, avaliada pela variação do PIB, deverá situar-se em 1,6%, valor similar ao do ano anterior.

A taxa de desemprego que, em dezembro de 2013, havia atingido os 16,3%, caiu para 13,9% em dezembro de 2014. A tendência decrescente acentuou-se ao longo de 2015, com registo de uma taxa de 12,5%. O ano de 2016 fecha com uma taxa de desemprego que deve situar-se nos 10,5%.

A variação favorável do desemprego pode ser associada à evolução favorável do PIB. Este crescimento está estimado em 1,4%.



O crescimento do país acontece numa conjuntura positiva continuada, criada na Europa, através de uma política monetária expansionista que vem provocando quebras sucessivas nas taxas de juro, com algumas taxas de referência a evidenciar valores negativos.

No sector real, as exportações de bens e serviços evidenciou uma consolidação das trocas externas e uma expansão continuada do sector do turismo que voltou a registar recordes em 2016.

Para 2017 a expectativa é de melhoria continuada da situação económica, por via de melhorias internas, particularmente do consumo privado, esperando-se a continuidade do desenvolvimento positivo do turismo sustentado nos atributos do país e na melhoria do desempenho económico da Europa e mesmo Mundial.

Conjuntura da Região Autónoma dos Açores

A situação económica nos Açores vinha registando evoluções muito desfavoráveis com o indicador de desemprego a evidenciar valores mais elevados do que os nacionais, mas mesmo assim em queda. O desemprego voltou a cair, de forma acentuada, acompanhando a tendência nacional e o turismo voltou a crescer, de forma acentuada, ainda em função da alteração do modelo de acessibilidades que permitiu a operação de empresas aéreas designadas "low cost".

Em 2016 consolidou-se a inversão do abrandamento económico que vinha caracterizando os setores da construção e do turismo. Espera-se a consolidação de uma inversão similar no comércio, na restauração e numa multiplicidade de outros serviços.

Ao longo do ano de 2016 ainda algumas empresas encerraram e foram muitas as que viram ainda mais degradadas as suas bases económicas e financeiras.

Ao nível do emprego as estatísticas registaram níveis de crescimento da ordem dos 6% ao longo dos três primeiros trimestres do ano. Mesmo com algum crescimento da população ativa foi possível reduzir a taxa de desemprego que, no terceiro trimestre de 2014 se situou nos 15,7%, para os 12,1% em 2015 e para os 10,7% em 2016. A população desempregada caiu de 19.068, em 2014, para 14.978 pessoas, em 2015, e 12.957 em



2016. A inflação que, em novembro de 2014, atingira os 0,33%, em igual mês de 2015 situou-se nos 0,98%, tendo chegado aos 1,23%, em valor médio, em 2016.

Na movimentação de passageiros por via aérea e no turismo foram batidos, mais uma vez, vários recordes ao longo de 2016. O ano de 2016 deverá registar, novamente, recordes no número de turistas, no número de dormidas e nas receitas do turismo. O número de passageiros movimentados ao longo de 2016 registou, igualmente novos máximos, com taxas de crescimento nos dois dígitos. As subidas das dormidas foram acompanhadas por aumentos no RevPar (*revenue per available room*) da hotelaria tradicional e pelas receitas totais do turismo. O alojamento local tem vindo, também a registar recordes absolutos de hóspedes e de dormidas.

Os incrementos no turismo tiveram reflexos, igualmente, muito positivos nas atividades de animação e, sobretudo, no aluguer de automóveis e na restauração.

No caso da construção civil, outro sector de referência nesta crise, os níveis de emprego começaram a evidenciar alguma recuperação que, no entanto, se mantém muito ténue. As licenças de obras começaram a subir de forma significativa com muitas iniciativas ainda na área do alojamento local.

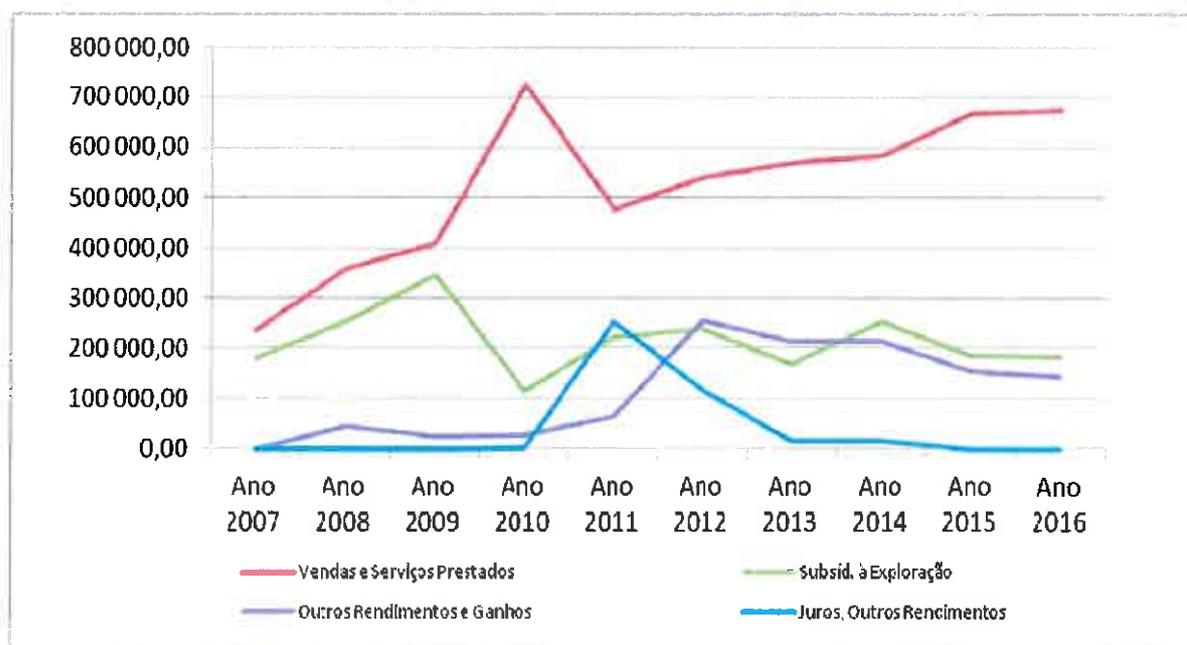
As perspetivas para 2017 continuam a ser positivas por várias razões: primeira, as economias nacional e europeia continuam a evidenciar bons sinais de retoma; segunda, **deverá intensificar-se o fluxo de verbas do novo Quadro Comunitário de Apoio**; terceira, continuará o impacto positivo da liberalização dos transportes aéreos para São Miguel e Terceira e do novo modelo de obrigações de serviço público; quarta, está anunciada uma política expansionista por parte do novo Governo da República com potenciais impactos positivos nos Açores; quinta, os documentos de despesa e investimento público regional para o ano de 2017, apontam para a estabilidade das verbas orçamentadas.

A empresa Nordeste Ativo tornou a registar um incremento de atividade em 2016 que se exprime no crescimento das vendas e prestações de serviços em cerca de 0,64%, relativamente ao ano de 2015, resultante da manutenção do tarifário em vigor. No que concerne ao nível de execução, obteve-se um valor acima do previsto no orçamento anual, em cerca de 118.259,81€, o que corresponde a uma taxa de execução de cerca de 121.31%.

Esta expansão de atividade confirma a trajetória positiva já verificada no ano anterior e evidencia a assertividade da gestão e política de aplicação dos tarifários.

Rendimentos	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Vendas e Serviços Prestados	569 725,03	583 327,09	668 875,41	673 172,33
Subsíd. à Exploração	169 600,00	254 578,05	184 463,36	182 669,00
Outros Rendimentos e Ganhos	214 060,53	214 060,53	155 205,89	143 520,12
Juros, Outros Rendimentos	16 225,73	16 225,73	2,96	0,00
Total de Rendimentos	969 611,29	1 068 191,40	1 008 547,62	999 361,45

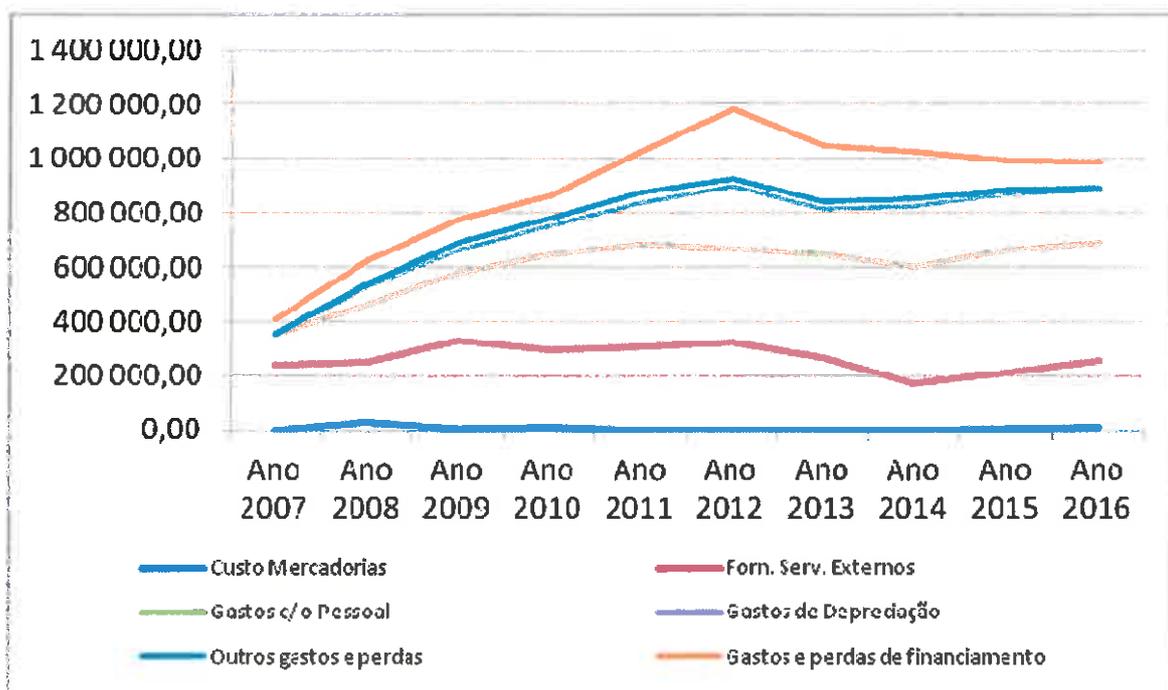
Evolução dos rendimentos



Relativamente aos Gastos, durante este ano de 2016, verificou-se que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos sofreu um aumento cerca de 16.26% e as rubricas com os Gatos com o Pessoal, Gastos de Depreciação, Outros Gastos e Perdas, registaram uma diminuição de 3.52% e 5.54%, respetivamente. É de salientar para além destes decréscimos, a diminuição da rubrica de Gastos e Perdas de Financiamento em 11.26%, fruto da redução do endividamento e das negociações tidas com as instituições bancárias, levando as alterações das condições de spread.

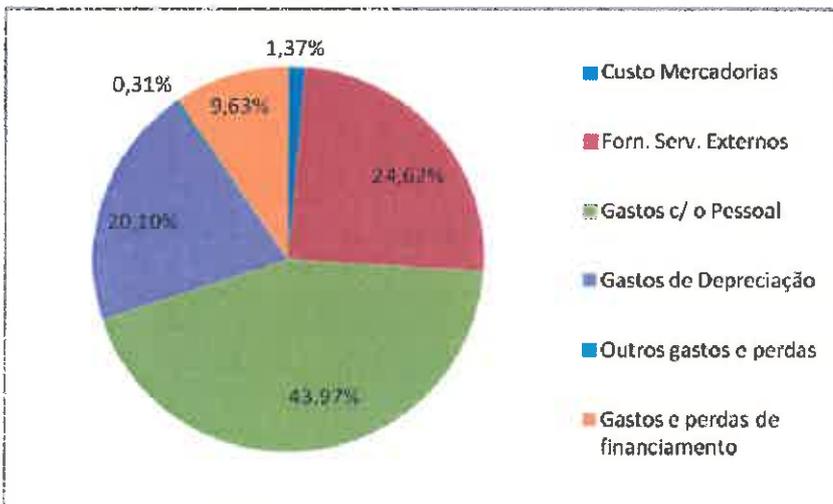
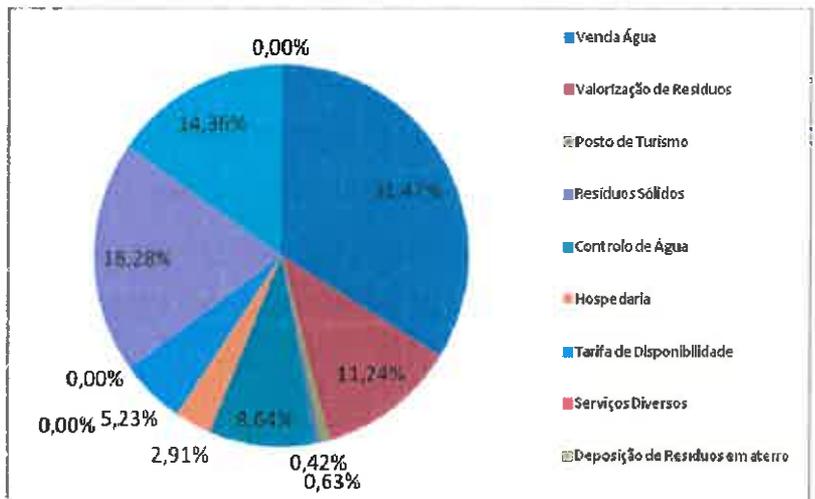
Gastos	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Custo Mercadorias	40,15	531,01	4 389,05	13 514,27
Forn. Serv. Externos	268 980,80	171 348,20	209 112,27	243 122,04
Gastos c/ o Pessoal	380 864,67	432 280,52	449 966,85	434 112,22
Gastos de Depreciação	165 018,56	219 915,50	210 136,67	198 486,18
Outros gastos e perdas	28 146,22	32 320,17	14 816,51	3 040,79
Gastos e perdas de financiamento	204 960,50	168 467,94	107 193,15	95 126,89
Total de Gastos	1 048 010,90	1 024 863,34	995 614,50	987 402,39

Evolução dos Gastos



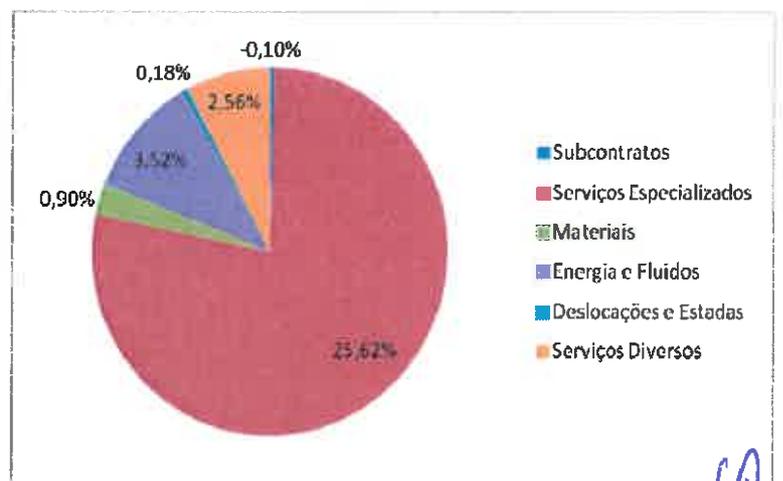
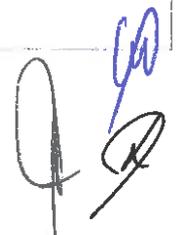


Rendimentos	Ano 2016
Venda Água	314 484,30
Valorização de Resíduos	64 510,63
Posto de Turismo	3 535,96
Resíduos Sólidos	112 348,59
Controlo de Água	6 322,81
Hospedaria	4 177,31
Tarifa de Disponibilidade	86 380,12
Serviços Diversos	29 098,19
Deposição de Resíduos em aterro	52 314,42
Recolha de resíduos verdes para c	0,00
Anulação de serviços	0,00
Subsid. à Exploração	182 669,00
Outros Rendimentos e Ganhos	143 520,12
Juros, Outros Rendimentos	0,00
Total de Rendimentos	999 361,45



Gastos	Ano 2016
Custo Mercadorias	13 514,27
Forn. Serv. Externos	243 122,04
Gastos c/ o Pessoal	434 112,22
Gastos de Depreciação	198 486,18
Outros gastos e perdas	3 040,79
Gastos e perdas de financiamento	95 126,89
Total de Gastos	987 402,39

Gastos	Ano 2016
Subcontratos	-1 000,00
Serviços Especializados	253 014,66
Materiais	8 895,93
Energia e Fluidos	34 764,19
Deslocações e Estadas	1 749,60
Serviços Diversos	25 291,60
Total de Gastos	987 402,39

CLIENTES - CARACTERIZAÇÃO - EVOLUÇÃO

Na análise que se segue, pretende-se evidenciar o peso relativo de cada grupo de consumidores, nomeadamente: consumo doméstico, comércio/indústria, instituições, obras, agropecuária, administração central e administração local, pelas diferentes rubricas relativas ao nº de consumidores, consumo em m³, valor das receitas inerentes á recolha seletiva de porta a porta, consumo de água e total das receitas com a tarifa de disponibilidade.

Por forma a evidenciar esta análise apresentamos os seguintes quadros:

Quadro nºI – Valores totais gerais

Quadro nºII – Valores por tipo de consumidor

Quadro nºIII – Valores por freguesia

Quadro I

Valores totais gerais por processamentos 2016

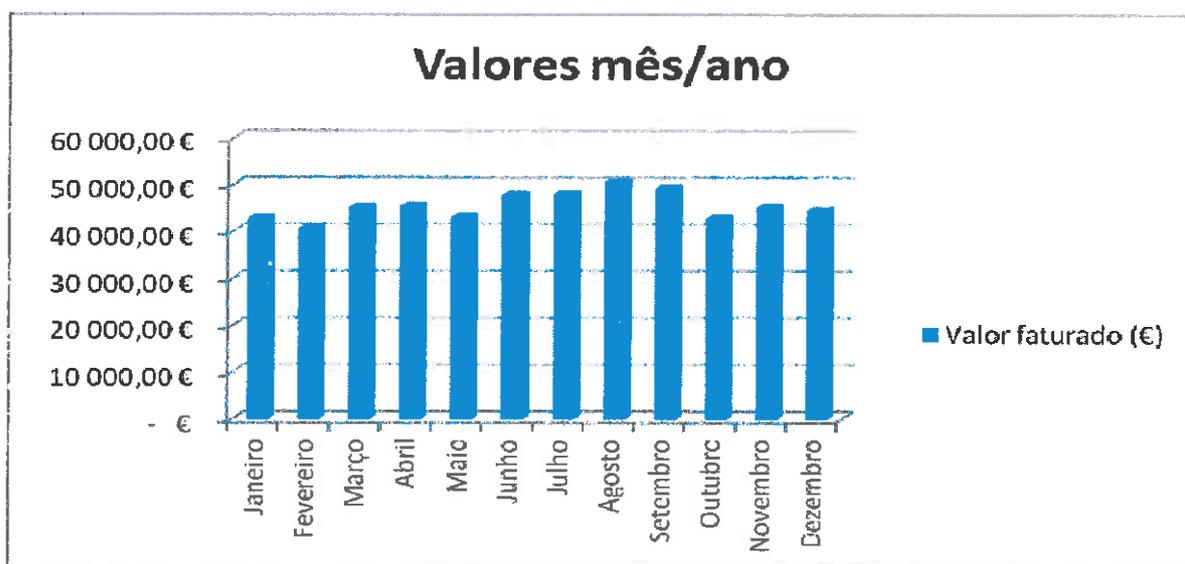
Rubrica	Valor	IVA	Total	
Rubricas	528 321,98	21 335,23	549 657,21	
Consumo de água	319 193,05	12 787,20	331 980,25	
Custo adm. do aviso de interrupção	3 983,40	708,16	4 691,56	
Tarifa de disponibilidade	86 380,13	3 394,67	89 774,80	
Tarifa de Resíduos Sólidos	112 348,59	4 445,20	116 793,79	
Taxa Controlo Qualidade Água *	6 416,81	0,00	6 416,81	
Reposições	-4 802,76	-188,62	-4 991,38	
Consumo de água	-4 708,76	-188,62	-4 897,38	
Taxa Controlo Qualidade Água *	-94,00	0,00	-94	
Total geral:	37544	523 519,22	21 146,61	544 665,83
Total m3 faturado:	376508			

Valores de faturação por mês/ano 2016

Mês	Ano	Núm. Doc.	Faturado (m3)	Lido (m3)	Valor faturado (€)
Janeiro	2016	3 115	29 348	28 987	42 696,25 €
Fevereiro	2016	3 141	26 375	25 806	40 550,12 €
Março	2016	3 156	31 716	31 354	45 186,96 €
Abril	2016	3 113	30 838	30 211	45 450,27 €
Maió	2016	3 135	29 427	29 072	42 964,47 €
Junho	2016	3 116	32 763	32 269	47 830,72 €
Julho	2016	3 138	33 544	31 583	47 979,86 €
Agosto	2016	3 139	38 520	37 966	50 553,85 €
Setembro	2016	3 114	35 031	34 622	49 193,13 €
Outubro	2016	3 116	28 580	28 261	42 683,41 €
Novembro	2016	3 129	30 474	30 108	45 258,97 €
Dezembro	2016	3 132	29 892	29 433	44 317,82 €
		37 544	376 508	369 672	544 665,83 €

Em 2015, o volume de água controlada pelos serviços atingiu 369.672 m³.

O valor faturado foi de 376.508 m³, totalizando 544.665,83€, conforme quadros demonstrativos.




No exercício em análise, o consumo aumentou em 13.626 m³ (3.75%) em relação ao ano anterior como é demonstrado no quadro seguinte:

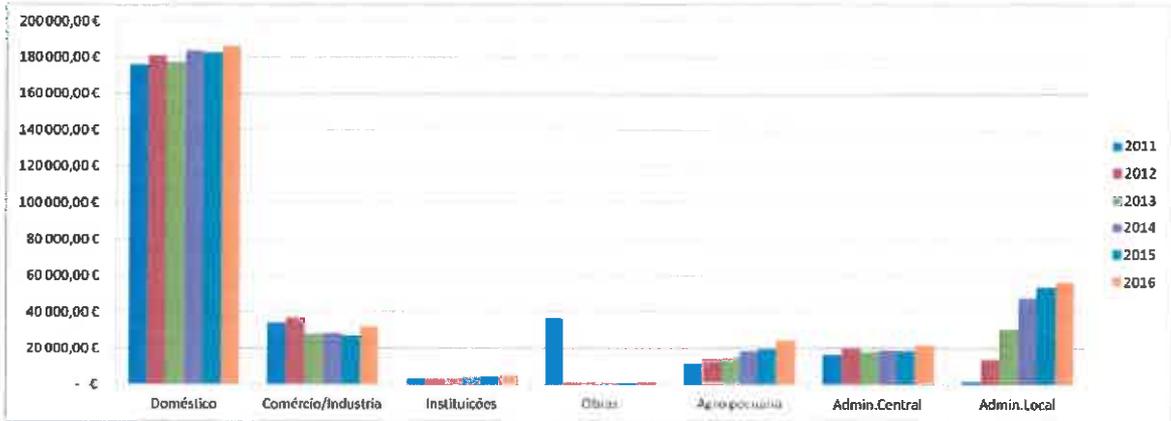
Consumo de Água faturada por mês m ³								
Mês	2013		2014		2015		2016	
	Volume m ³	%						
Janeiro	29 465	8,31%	30 142	8,28%	30 788	8,48%	29 348	7,79%
Fevereiro	28 374	8,01%	27 004	7,42%	26 751	7,37%	26 375	7,01%
Março	25 775	7,27%	26 682	7,33%	30 437	8,39%	31 716	8,42%
Abril	27 763	7,83%	28 470	7,82%	30 473	8,40%	30 838	8,19%
Maió	28 600	8,07%	31 022	8,52%	26 818	7,39%	29 427	7,82%
Junho	27 325	7,71%	34 037	9,35%	30 866	8,51%	32 763	8,70%
Julho	33 916	9,57%	32 409	8,90%	34 425	9,49%	33 544	8,91%
Agosto	32 067	9,05%	32 273	8,87%	31 334	8,63%	38 520	10,23%
Setembro	35 982	10,15%	35 855	9,85%	33 182	9,14%	35 031	9,30%
Outubro	31 836	8,98%	33 925	9,32%	30 630	8,44%	28 580	7,59%
Novembro	26 337	7,43%	24 367	6,70%	27 089	7,46%	30 474	8,09%
Dezembro	26 942	7,60%	27 768	7,63%	30 089	8,29%	29 892	7,94%
Total	354 383	100,00%	363 954	100,00%	362 882	100,00%	376 508	100,00%

EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS PELOS TIPOS DE CONSUMIDORES

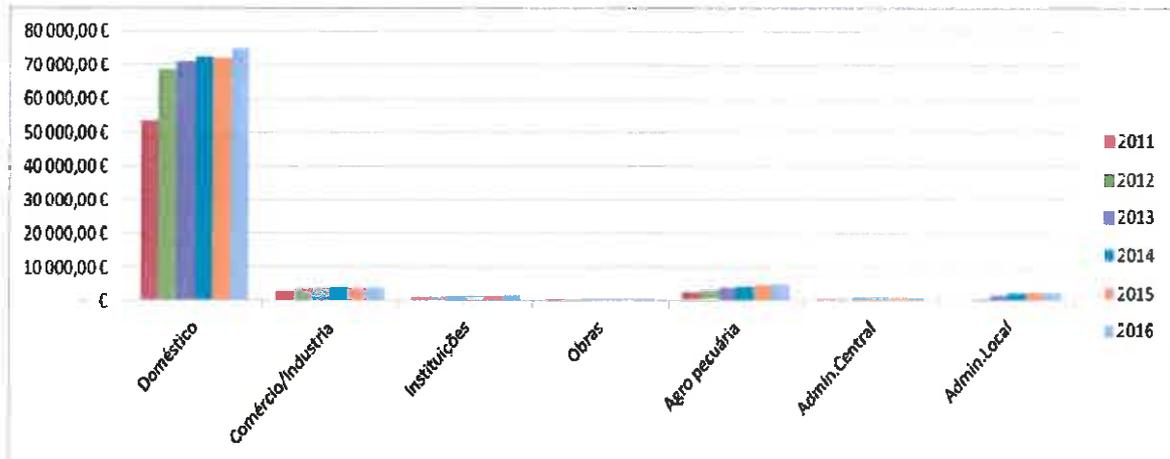
A distribuição deste consumo de água faturada pelos diferentes tipos de clientes, é demonstrada nos quadros que se seguem:

Consumo de água	2013	2014	2015	2016	Variação 2015-2016	
					Absoluta	Relativa
Doméstico	177 405,17 €	183 687,88 €	182 606,83 €	186 147,02 €	3 540,19 €	1,94%
Comércio/Indústria	28 165,05 €	28 492,10 €	26 995,50 €	31 906,12 €	4 910,62 €	18,19%
Instituições	4 050,60 €	4 603,50 €	4 597,30 €	5 021,12 €	423,82 €	9,22%
Óbras	1 794,95 €	1 164,86 €	1 282,65 €	1 374,39 €	91,74 €	7,15%
Agropecuária	15 003,76 €	18 398,89 €	19 810,65 €	24 497,66 €	4 687,01 €	23,66%
Admin. Central	17 976,16 €	19 108,80 €	18 544,32 €	21 699,77 €	3 155,45 €	17,02%
Admin. Local	30 264,46 €	47 715,15 €	53 842,85 €	56 436,61 €	2 593,76 €	4,82%
Total geral:	274 660,15 €	303 171,18 €	307 680,10 €	327 082,69 €	19 402,59 €	6,31%
Variação		1,34%	10,38%	1,49%	6,31%	

[Handwritten mark]

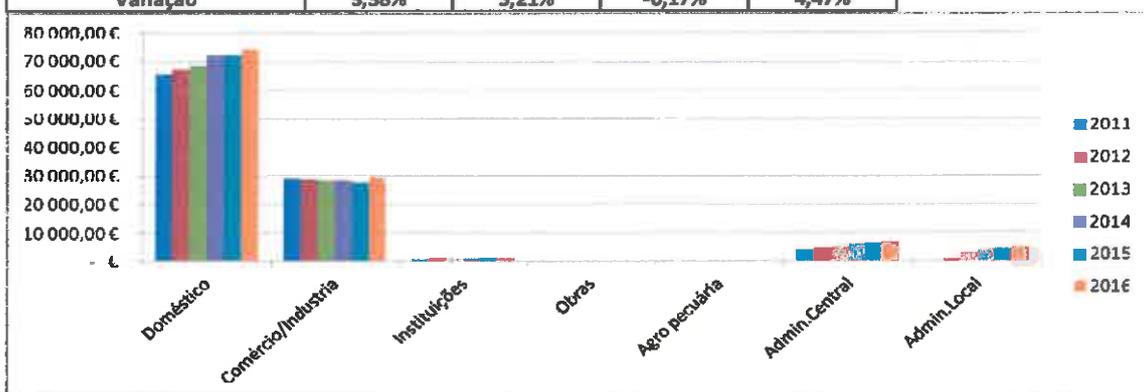


Tarifa de disponibilidade	2011	2012	2013	2014	Variação 2016-2011	
					Absoluta	Relativa
Doméstico	71 100,53 €	72 545,91 €	72 365,26 €	75 134,87 €	2 769,61 €	3,83%
Comércio/Indústria	3 857,64 €	3 984,78 €	3 881,78 €	4 237,92 €	356,14 €	9,17%
Instituições	1 550,84 €	1 578,84 €	1 578,84 €	1 641,48 €	62,64 €	3,97%
Obras	551,76 €	478,74 €	444,03 €	452,48 €	8,45 €	1,90%
Agropecuária	3 995,40 €	4 489,01 €	4 686,64 €	4 894,23 €	207,59 €	4,43%
Admin.Central	698,70 €	745,44 €	756,84 €	786,84 €	30,00 €	3,96%
Admin.Local	1 878,91 €	2 337,97 €	2 489,04 €	2 626,98 €	137,94 €	5,54%
Total geral:	83 633,78 €	86 160,69 €	86 202,43 €	89 774,80 €	3 572,37 €	4,14%
Variação	5,48%	3,02%	0,05%	4,14%		



[Handwritten signature]

Tarifa de Resíduos Sólidos	2013	2014	2015	2016	Variação 2015-2016	
					Absoluta	Relativa
Doméstico	68 500,79 €	72 286,48 €	72 127,93 €	74 368,35 €	2 240,42 €	3,10%
Comércio/Indústria	28 319,93 €	28 110,38 €	27 591,54 €	29 791,86 €	2 200,32 €	7,83%
Instituições	1 009,89 €	1 026,00 €	1 026,00 €	1 067,04 €	41,04 €	4,00%
Obras	20,93 €	19,40 €	19,40 €	20,98 €	1,58 €	8,14%
Agropecuária	- €	- €	- €	- €	- €	0,00%
Admin. Central	5 275,74 €	6 357,00 €	6 552,00 €	6 814,08 €	262,08 €	4,12%
Admin. Local	3 303,09 €	4 180,50 €	4 477,50 €	4 731,48 €	253,98 €	6,08%
Total geral:	106 430,37 €	111 979,76 €	111 794,37 €	116 793,79 €	4 999,42 €	4,47%
Variação	3,38%	5,21%	-0,17%	4,47%		

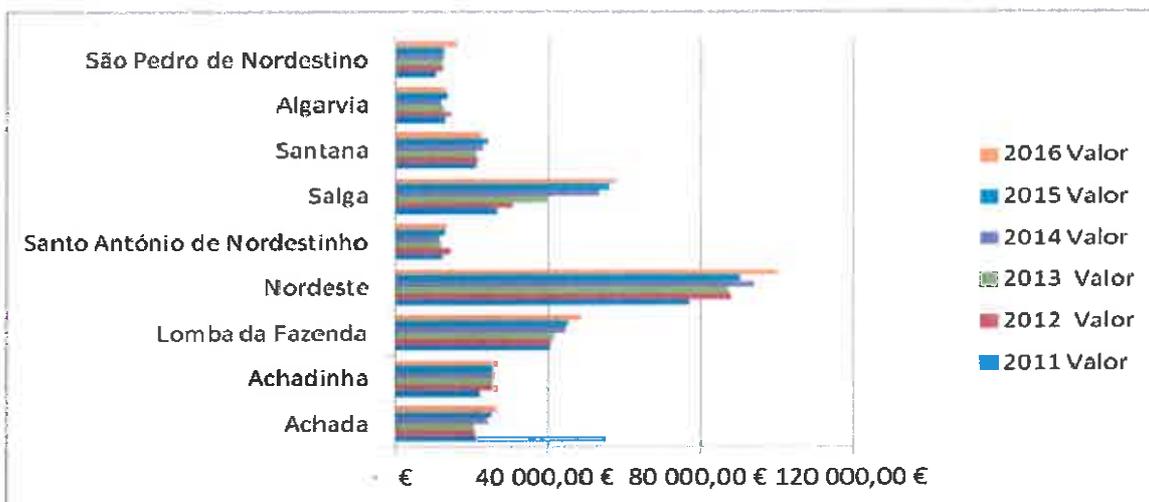


Conforme já anteriormente demonstrado, verificou-se um crescimento na faturação do consumo de água, em relação ao ano anterior, no valor de 19.402,77€ (6.31%).

Valores de faturação por Freguesia

Consumo de água	2013	2014	2015	2016	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Achada	20 563,85 €	21 461,71 €	25 569,71 €	26 597,81 €	1 228,10 €	4,84%
Achadinha	25 944,09 €	26 157,41 €	25 942,85 €	26 979,27 €	1 036,42 €	4,00%
Lomba da Fazenda	41 863,26 €	44 721,39 €	45 456,87 €	49 108,64 €	3 611,77 €	7,94%
Nordeste	87 662,80 €	94 381,27 €	90 244,92 €	100 092,49 €	9 847,57 €	10,91%
Santo António de Nordestinho	12 065,30 €	11 806,42 €	13 175,47 €	13 464,78 €	289,31 €	2,20%
Salga	40 024,24 €	53 381,08 €	56 451,00 €	58 457,58 €	2 006,58 €	3,55%
Santana	21 272,61 €	22 972,33 €	24 268,60 €	22 606,12 €	-1 662,48 €	-6,85%
Algarvia	12 859,47 €	12 297,35 €	13 943,62 €	13 262,40 €	-681,22 €	-4,89%
São Pedro de Nordestino	12 404,53 €	12 991,92 €	12 787,06 €	16 513,78 €	3 726,72 €	29,14%
Total	274 650,15 €	303 171,18 €	307 680,10 €	327 082,87 €	19 402,77 €	6,31%

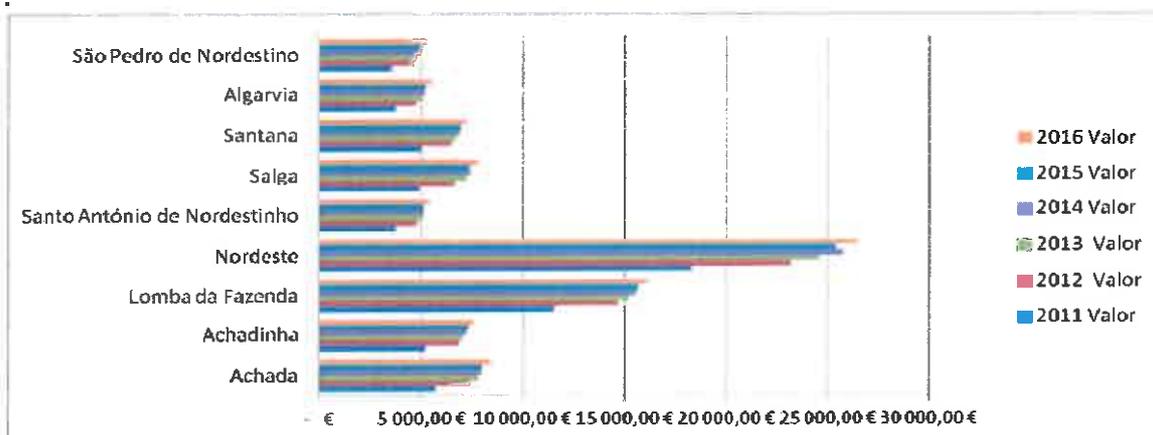
Handwritten mark



Verificou-se um crescimento de 4,14% nas receitas de tarifa de disponibilidade, fruto da manutenção da tarifário e preços praticados para o ano de 2016

Valores de faturação por Freguesia

Tarifa de Disponibilidade	Ano				Variação	
	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2016 Valor	Absoluta	Relativa
Achada	7 780,25 €	7 952,40 €	7 984,14 €	8 392,10 €	407,96 €	5,11%
Achadinha	7 060,79 €	7 252,74 €	7 333,20 €	7 564,38 €	231,18 €	3,15%
Lomba da Fazenda	15 183,19 €	15 541,30 €	15 675,99 €	16 285,61 €	509,62 €	3,25%
Nordeste	24 578,59 €	25 759,05 €	25 421,76 €	26 513,39 €	1 091,63 €	4,29%
Santo António de Nordestinho	5 103,40 €	5 160,24 €	5 152,46 €	5 384,91 €	232,45 €	4,51%
Salga	7 265,00 €	7 428,17 €	7 373,48 €	7 780,56 €	407,08 €	5,52%
Santana	6 736,80 €	6 883,20 €	6 915,12 €	7 225,65 €	310,53 €	4,49%
Algarvia	5 080,65 €	5 213,69 €	5 262,48 €	5 483,37 €	222,89 €	4,20%
São Pedro de Nordestino	4 845,11 €	4 960,90 €	5 053,80 €	5 244,83 €	161,03 €	3,17%
Total	83 833,78 €	86 160,69 €	86 202,43 €	89 774,80 €	3 541,07 €	4,11%

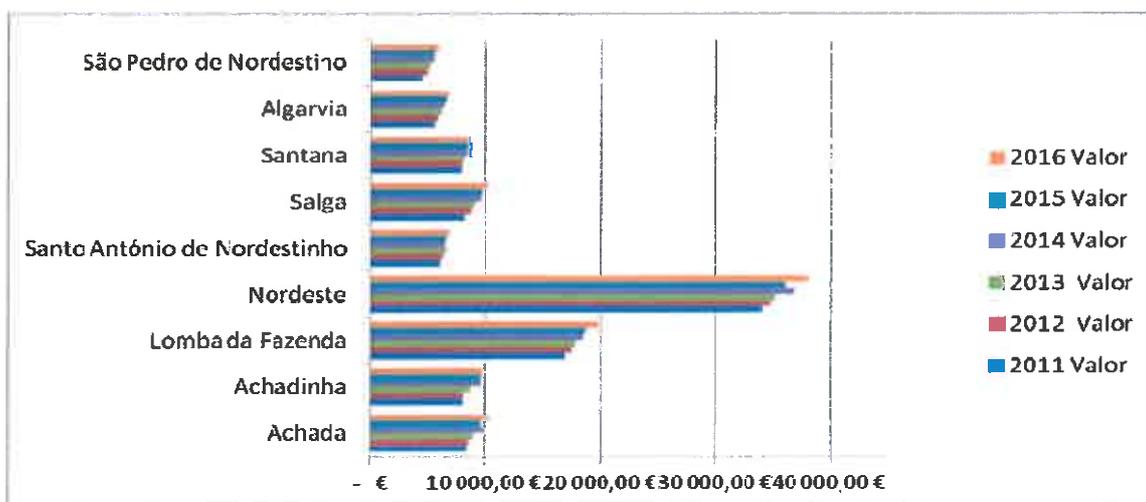


Handwritten signature

Verificou-se um decrescimento no total das receitas de tarifa de resíduos sólidos, fruto da redução do consumo de água na freguesia do Nordeste, e da manutenção do tarifário de preços, pesa embora, o custo real da exploração desta atividade, “Recolha e tratamento de resíduos” ainda está muito aquém do real custo.

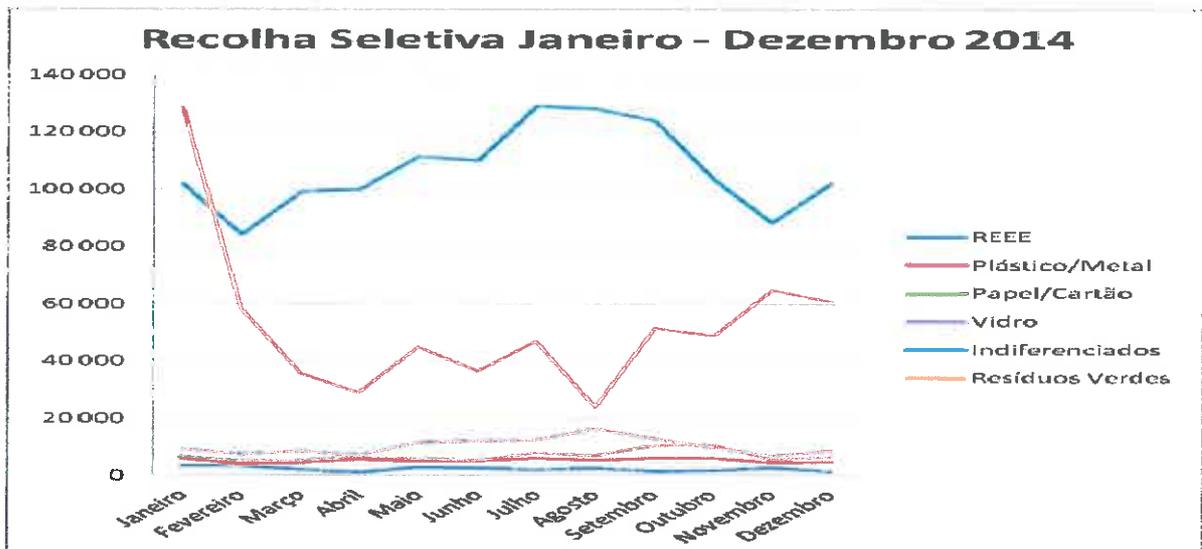
Valores de faturação por Freguesia

Tarifa de Resíduos Sólidos	2013	2014	2015	2016	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Achada	9 038,83 €	10 014,94 €	9 649,94 €	10 361,64 €	711,70 €	7,38%
Achadinha	8 858,34 €	9 835,40 €	9 738,60 €	9 849,63 €	111,03 €	1,14%
Lomba da Fazenda	17 879,64 €	18 546,36 €	18 706,05 €	19 814,19 €	1 107,24 €	5,92%
Nordeste	35 190,44 €	36 810,69 €	36 121,70 €	38 166,81 €	2 045,11 €	5,66%
Santo António de Nordestinho	6 589,84 €	6 506,24 €	6 602,42 €	6 853,32 €	250,90 €	3,80%
Salga	9 158,74 €	9 722,43 €	9 786,45 €	10 263,93 €	477,48 €	4,88%
Santana	8 306,48 €	8 794,33 €	8 913,53 €	8 745,54 €	-167,99 €	-1,88%
Algarvia	6 240,24 €	6 481,40 €	6 582,96 €	6 806,98 €	224,02 €	3,40%
São Pedro de Nordestino	5 167,82 €	5 518,97 €	5 691,82 €	5 931,75 €	239,93 €	4,22%
Total	106 431,37 €	111 979,76 €	111 794,37 €	116 793,79 €	4 862,42 €	4,33%

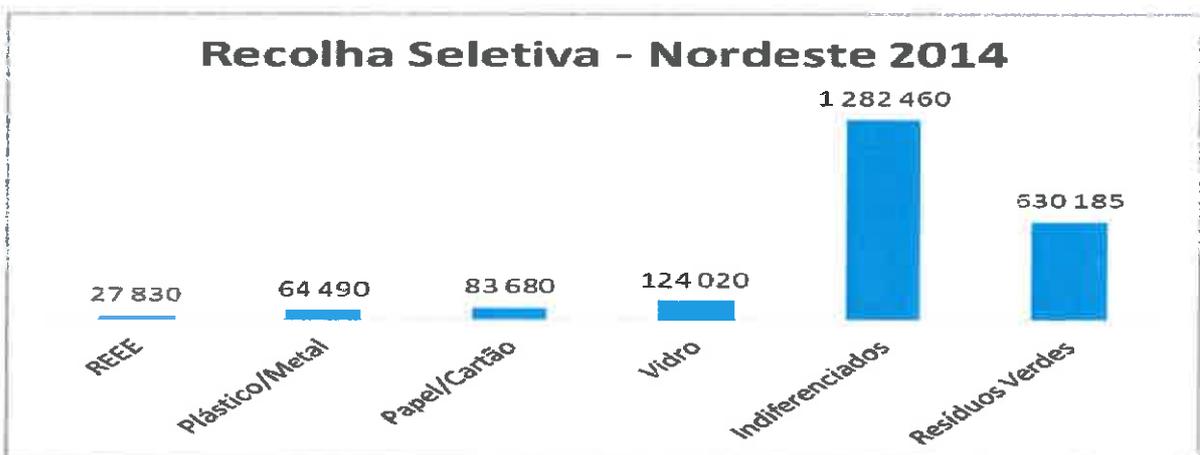


[Handwritten signature]

Relativamente á atividade de Resíduos temos a seguinte situação



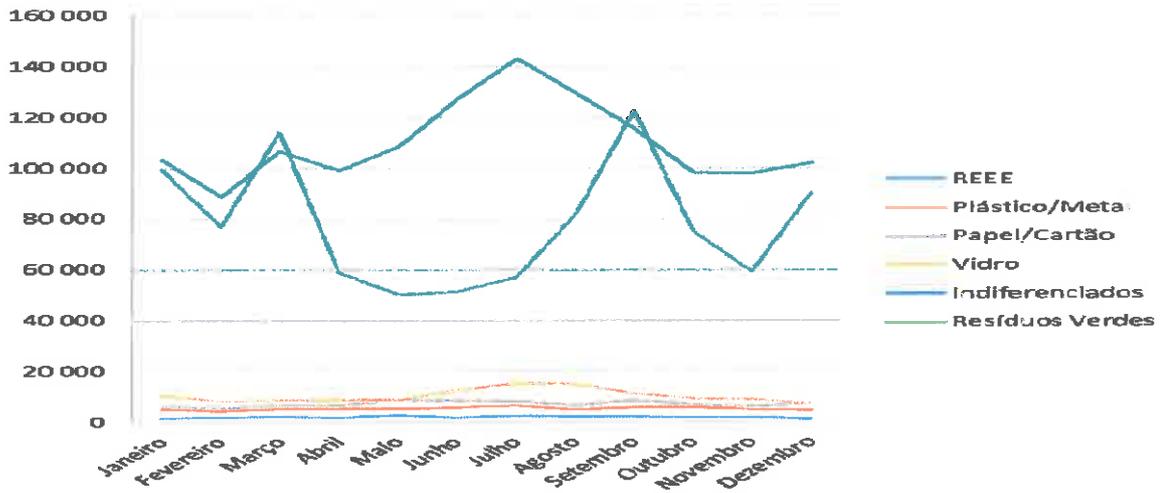
Mês	Recolha Seletiva				RSU'S	
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	3 330	6 030	6 880	9 360	102 050	128 680
Fevereiro	3 480	4 230	5 250	7 650	84 070	58 420
Março	2 040	4 670	5 140	8 710	99 120	35 770
Abril	1 110	5 660	6 370	6 930	99 910	28 870
Maior	2 920	5 030	5 860	11 450	111 440	45 030
Junho	2 670	5 150	5 410	12 360	110 160	36 550
Julho	1 960	6 160	7 950	12 500	129 315	47 010
Agosto	2 560	5 470	6 900	16 420	128 235	23 990
Setembro	1 620	6 180	10 580	12 980	123 850	51 435
Outubro	1 740	6 170	10 940	9 840	103 650	48 870
Novembro	2 810	4 760	5 660	7 000	88 340	64 830
Dezembro	1 590	4 980	6 740	8 820	102 320	60 730
Totais	27 830	64 490	83 680	124 020	1 282 460	630 185



[Handwritten signature]

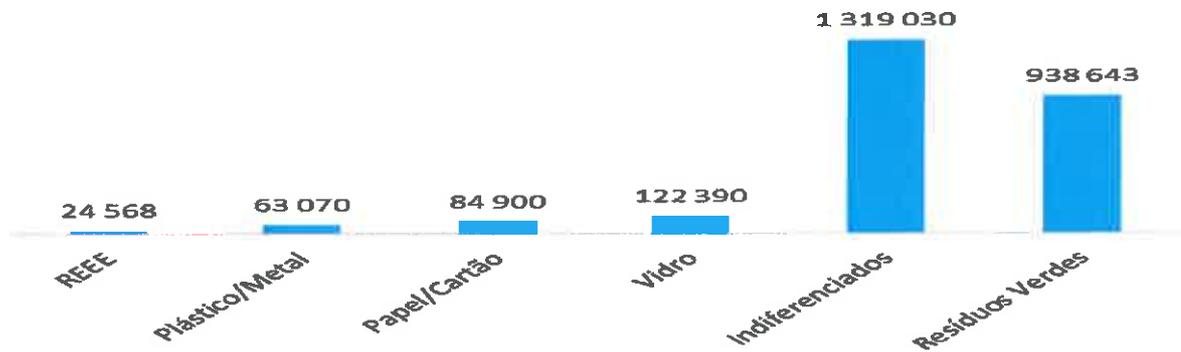


Recolha Seletiva Janeiro - Dezembro 2015

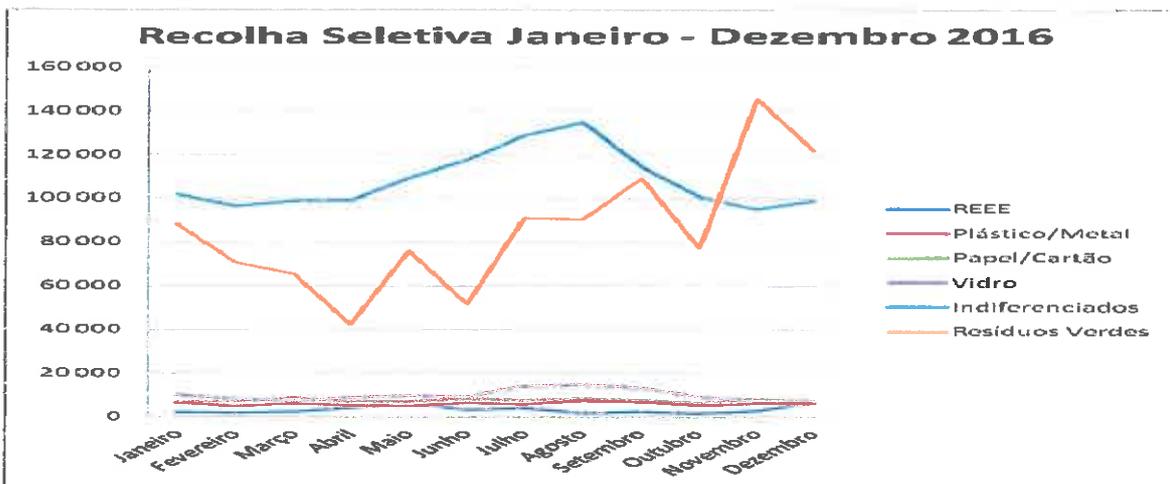


Mês	Recolha Seletiva				RSU'S	
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	1 660	5 120	6 280	10 530	103 150	99 450
Fevereiro	1 950	4 330	5 370	7 980	88 460	77 050
Março	2 090	5 220	6 330	8 410	106 430	114 000
Abril	1 790	5 120	6 590	8 800	99 200	58 960
Maior	2 840	5 180	8 330	8 860	108 660	50 330
Junho	2 030	5 890	8 330	12 270	127 100	51 510
Julho	2 635	6 320	8 270	14 950	143 080	57 265
Agosto	2 340	4 980	6 620	14 670	129 370	82 220
Setembro	2 220	5 900	8 470	11 040	115 370	122 558
Outubro	1 853	5 650	6 920	9 030	98 190	75 490
Novembro	1 890	4 840	6 100	8 800	97 910	59 370
Dezembro	1 270	4 520	7 290	7 050	102 110	90 440
Totais	24 568	63 070	84 900	122 390	1 319 030	938 643

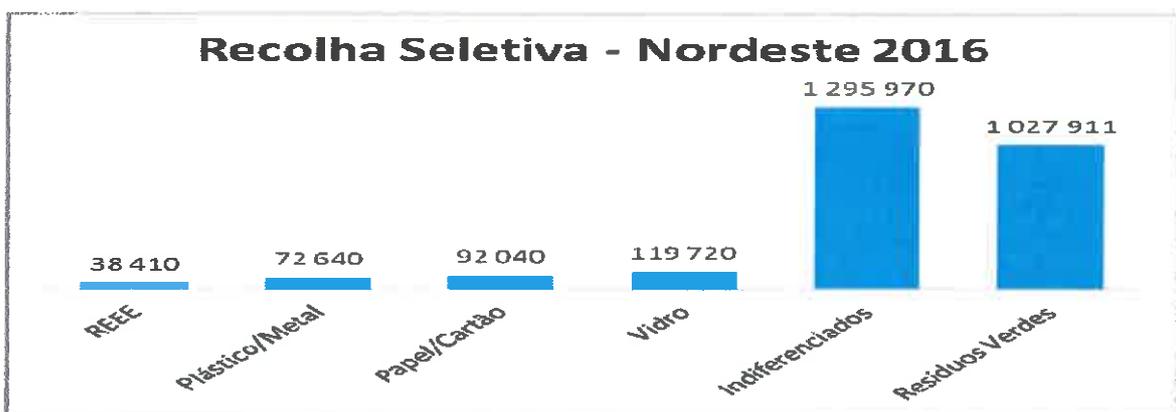
Recolha Seletiva - Nordeste 2015



[Handwritten signature]



Mês	Recolha Seletiva				RSU'S	
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	2 090	6 530	7 060	10 000	101 540	88 050
Fevereiro	1 730	4 940	6 900	8 190	96 520	70 850
Março	2 370	6 250	9 140	7 480	98 790	65 360
Abril	4 060	5 410	6 700	9 000	99 150	42 310
Mai	6 340	5 180	7 150	9 960	109 450	75 980
Junho	3 090	6 410	8 680	9 250	117 870	51 580
Julho	4 100	5 970	7 760	14 060	128 830	90 980
Agosto	1 790	7 360	8 640	14 460	134 730	90 316
Setembro	2 380	6 750	7 830	12 980	114 500	109 195
Outubro	1 460	5 340	6 580	9 180	100 760	76 980
Novembro	2 510	6 250	8 350	7 290	95 030	145 270
Dezembro	6 490	6 250	7 250	7 870	98 800	121 040
Totais	38 410	72 640	92 040	119 720	1 295 970	1 027 911

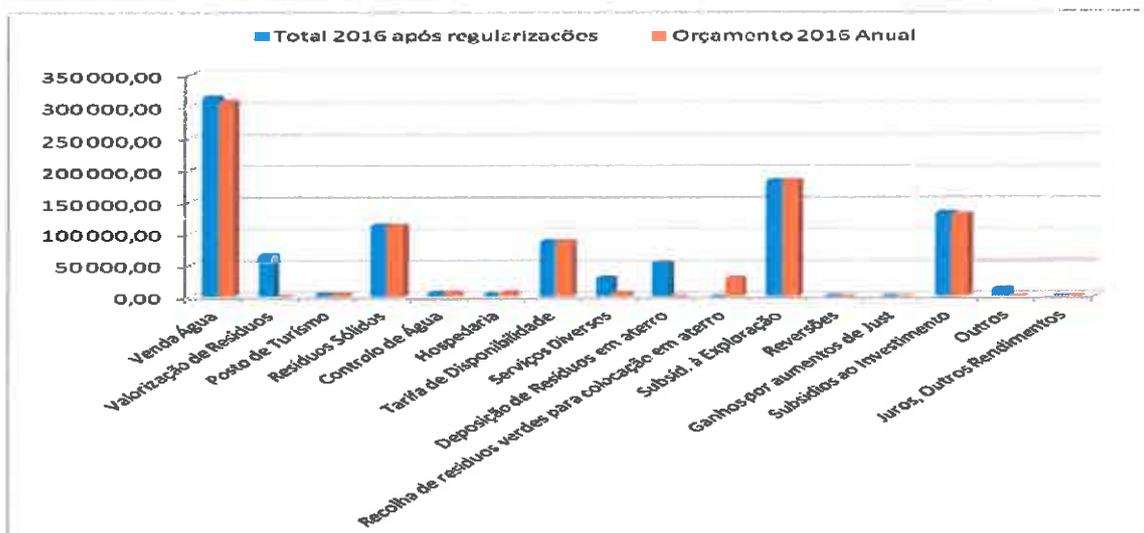
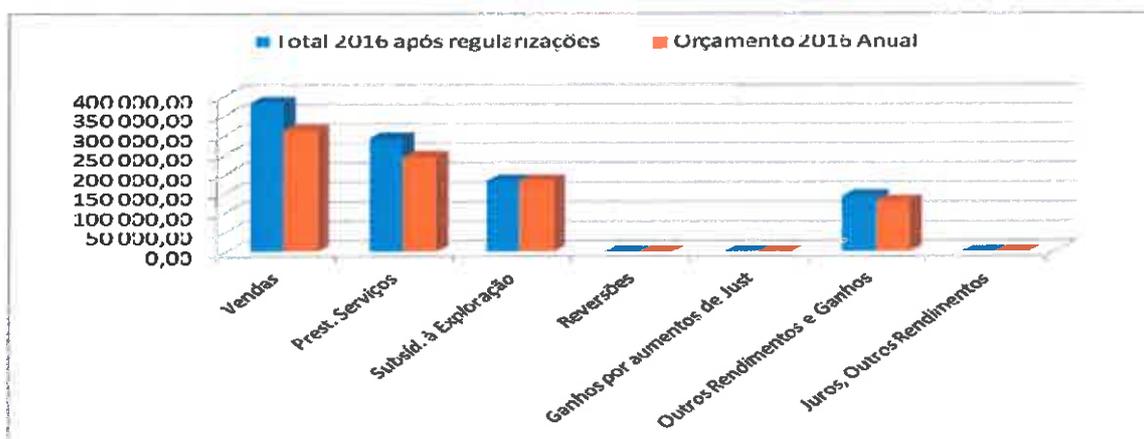


[Handwritten signature]

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2016

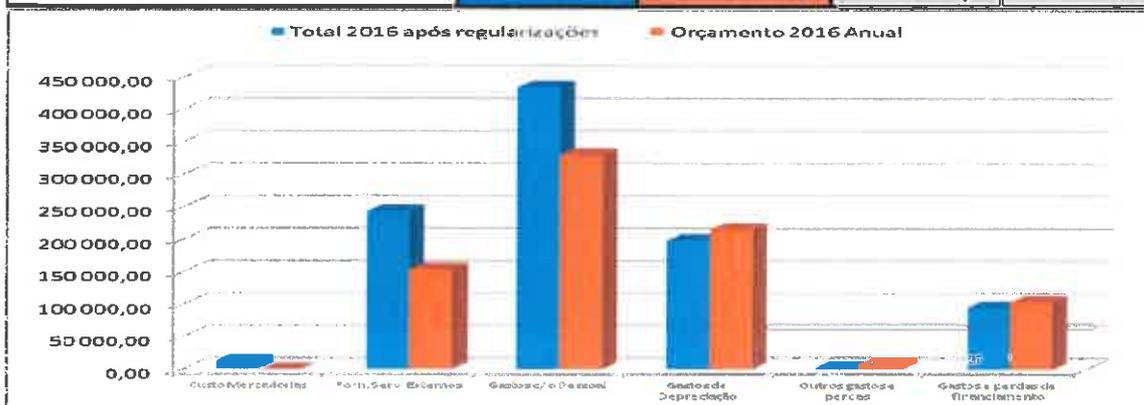
Para o ano de 2016, estava previsto no orçamento um total de rendimentos de 867.546,23€. No entanto, os valores realizados foram de 999.361,44€. (ver quadro abaixo)

Rendimentos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Vendas	352.530,89	310.969,98	71.560,91	123,01%
Prest. Serviços	290.641,44	243.942,54	46.698,90	119,14%
Subsíd. à Exploração	183.668,00	182.668,69	0,31	100,00%
Reversões	22,32	0,00	22,32	100,00%
Ganhos por aumentos de Just	18,02	0,00	18,02	100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	143.479,78	129.965,02	13.514,76	110,40%
Juros, Outros Rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total de Rendimentos	999.361,44	867.546,23	131.815,21	115,19%



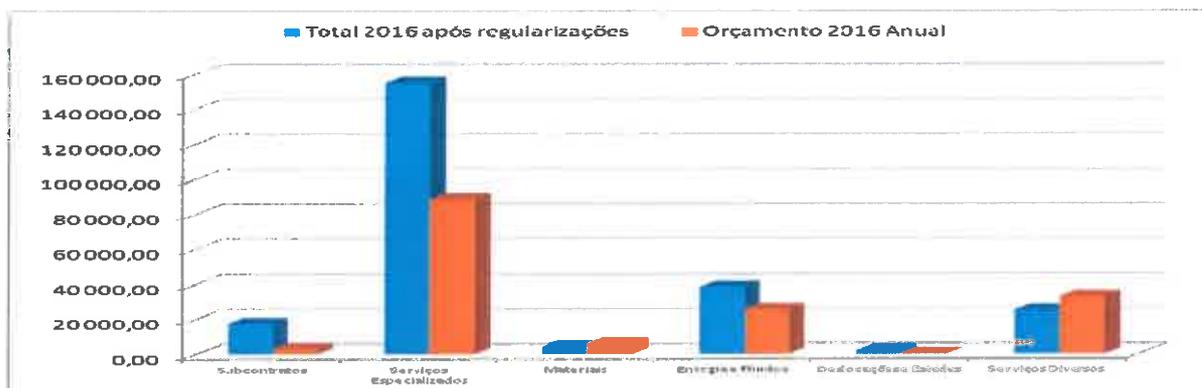
No que concerne aos gastos, o orçamento para o ano de 2016, previa um total de 811.709,35€. No entanto, os valores realizados totalizaram 987.402,39€.
(ver quadro abaixo)

Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Custo Mercadorias	13 514,27	0,00	13 514,27	0,00%
Forn. Serv. Externos	243 122,04	153 852,29	89 269,76	158,02%
Gastos c/ o Pessoal	434 112,22	330 586,04	103 526,18	131,32%
Gastos de Depreciação	166 486,18	215 520,77	-17 034,59	92,10%
Outros gastos e perdas	3 040,78	8 045,45	-5 004,66	37,80%
Gastos e perdas de financiamento	86 126,89	103 704,80	-8 577,91	91,73%
Total de Gastos	987 402,39	811 709,35	175 693,05	121,64%

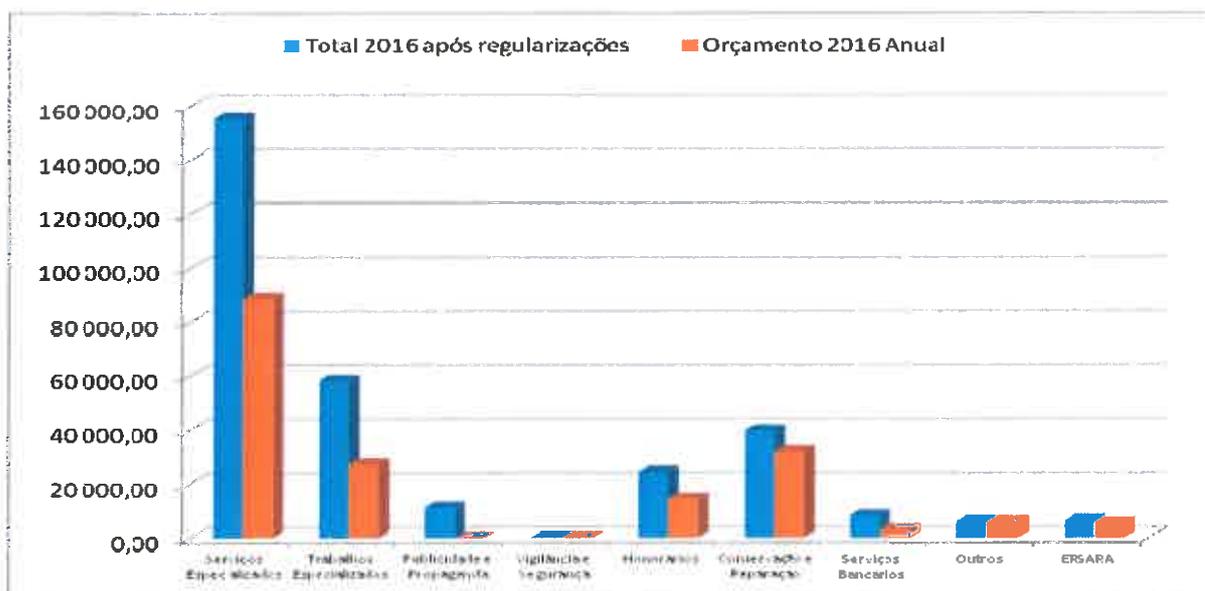


Os gastos com a Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta uma execução acima do previsto, resultando num acréscimo de 58,02% em relação ao orçamentado.

Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Forn. Serv. Externos	243 122,04	153 852,29	89 269,76	158,02%
<i>Subcontratos</i>	17 435,01	2 991,30	14 443,71	582,86%
<i>Serviços Especializados</i>	165 372,96	88 647,05	66 725,91	175,27%
<i>Materials</i>	4 409,03	6 059,39	-1 650,36	72,76%
<i>Energia e Fluidos</i>	38 417,11	25 613,69	12 803,42	149,99%
<i>Deslocações e Estadas</i>	2 369,87	510,14	1 859,73	464,55%
<i>Serviços Diversos</i>	25 118,96	33 022,05	-7 903,99	76,06%



Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Serviços Especializados	155 372,86	88 647,05	66 725,91	175,27%
Trabalhos Especializados	88 250,76	27 334,27	30 924,52	213,13%
Publicidade e Propaganda	11 463,00	0,00	11 463,00	0,00%
Vigilância e Segurança	257,32	30,01	227,31	857,45%
Honorários	24 564,54	14 415,90	10 148,64	170,40%
Conservação e Reparação	39 819,60	32 040,71	7 579,09	123,65%
Serviços Bancários	5 449,13	3 271,94	5 177,19	258,23%
Outros	6 201,94	5 852,91	379,03	106,48%
ERSARA	5 528,44	5 701,31	827,13	114,51%

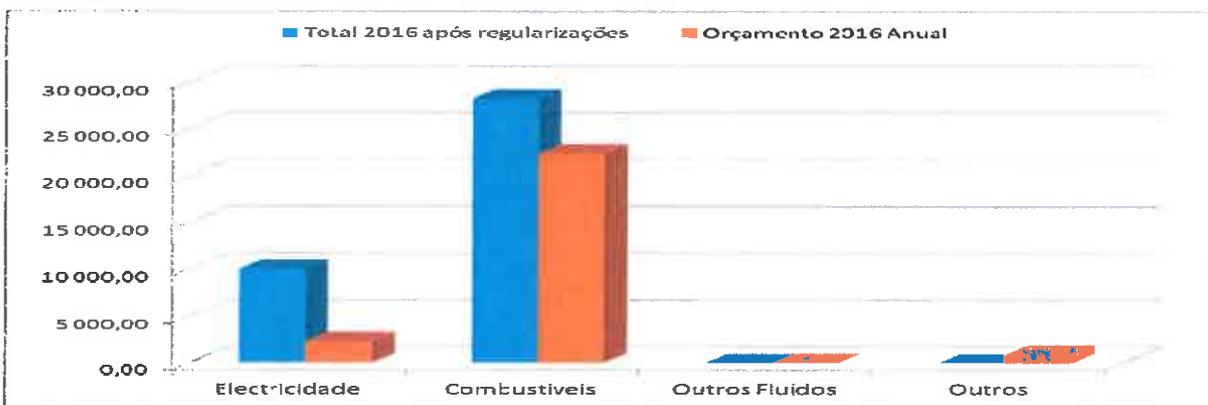


R

Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Materiais	4 409,03	6 059,39	-1 650,36	72,76%
Ferramentas e Utensílios	307,30	305,57	1,73	100,57%
Material de escritório	4 101,73	4 577,45	-475,72	89,61%
Outros	0,00	1 176,38	-1 176,38	0,00%

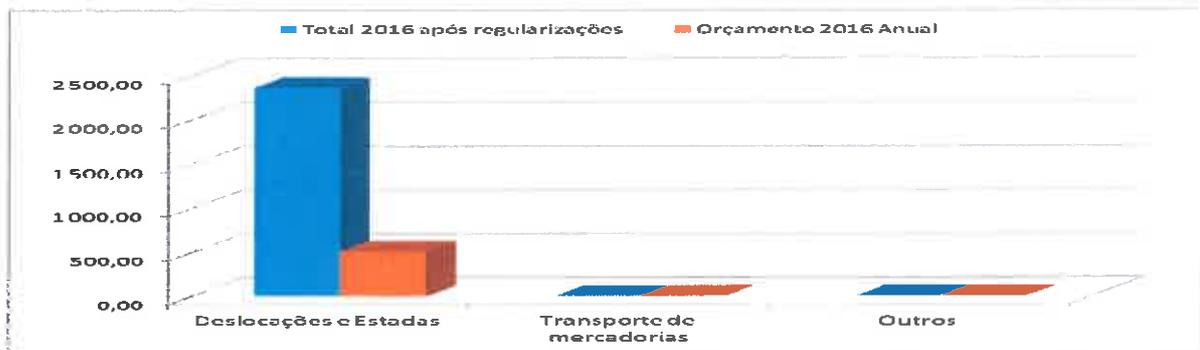


Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Energia e Fluidos	38 417,11	25 613,69	12 803,42	149,99%
Electricidade	10 080,17	2 296,49	7 783,68	438,94%
Combustíveis	26 320,18	22 395,72	5 924,36	126,45%
Outros Fluidos	16,66	0,00	16,66	0,00%
Outros	0,00	921,48	-921,48	0,00%

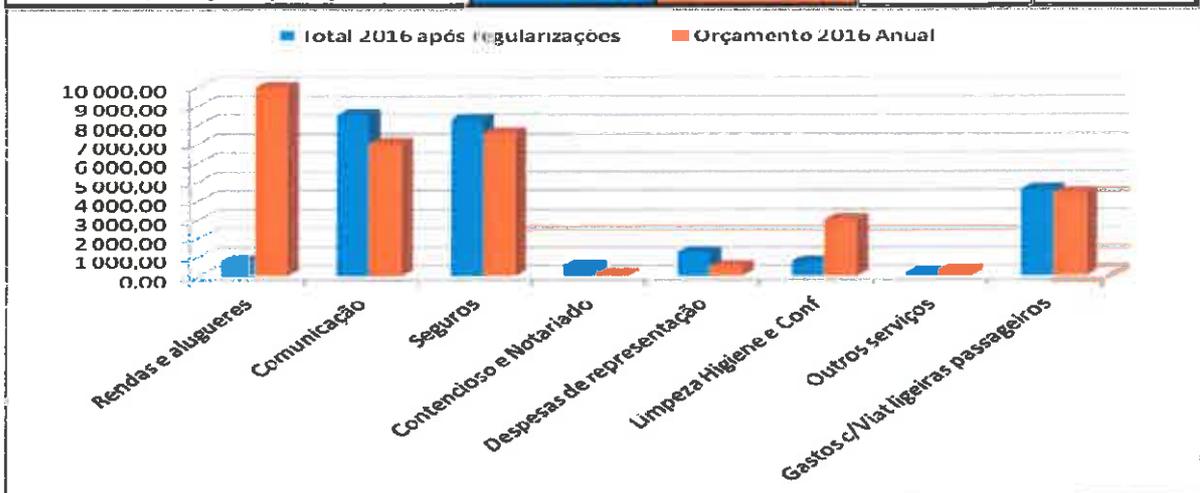


[Handwritten signatures]

Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Deslocações e Estadas	2.369,87	510,14	1.859,73	464,55%
Deslocações e Estadas	2.369,87	510,14	1.859,73	464,55%
Transporte de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%



Gastos	Total 2016 após regularizações	Orçamento 2016 Anual	Desvios	Execução
Serviços Diversos	25.118,06	33.022,05	-7.903,99	76,06%
Rendas e alugueres	814,23	9.992,68	-9.178,43	8,15%
Comunicação	8.350,00	7.022,40	1.527,66	121,75%
Seguros	8.310,81	7.578,88	731,93	109,66%
Contencioso e Notariado	591,00	127,50	463,50	463,53%
Despesas de representação	1.266,64	527,25	741,59	240,65%
Limpeza Higiene e Conf	780,75	3.005,64	-2.218,89	26,18%
Outros serviços	212,39	368,00	-153,61	58,03%
Gastos c/Viat ligeiras passageiros	4.583,95	4.401,72	182,26	104,14%





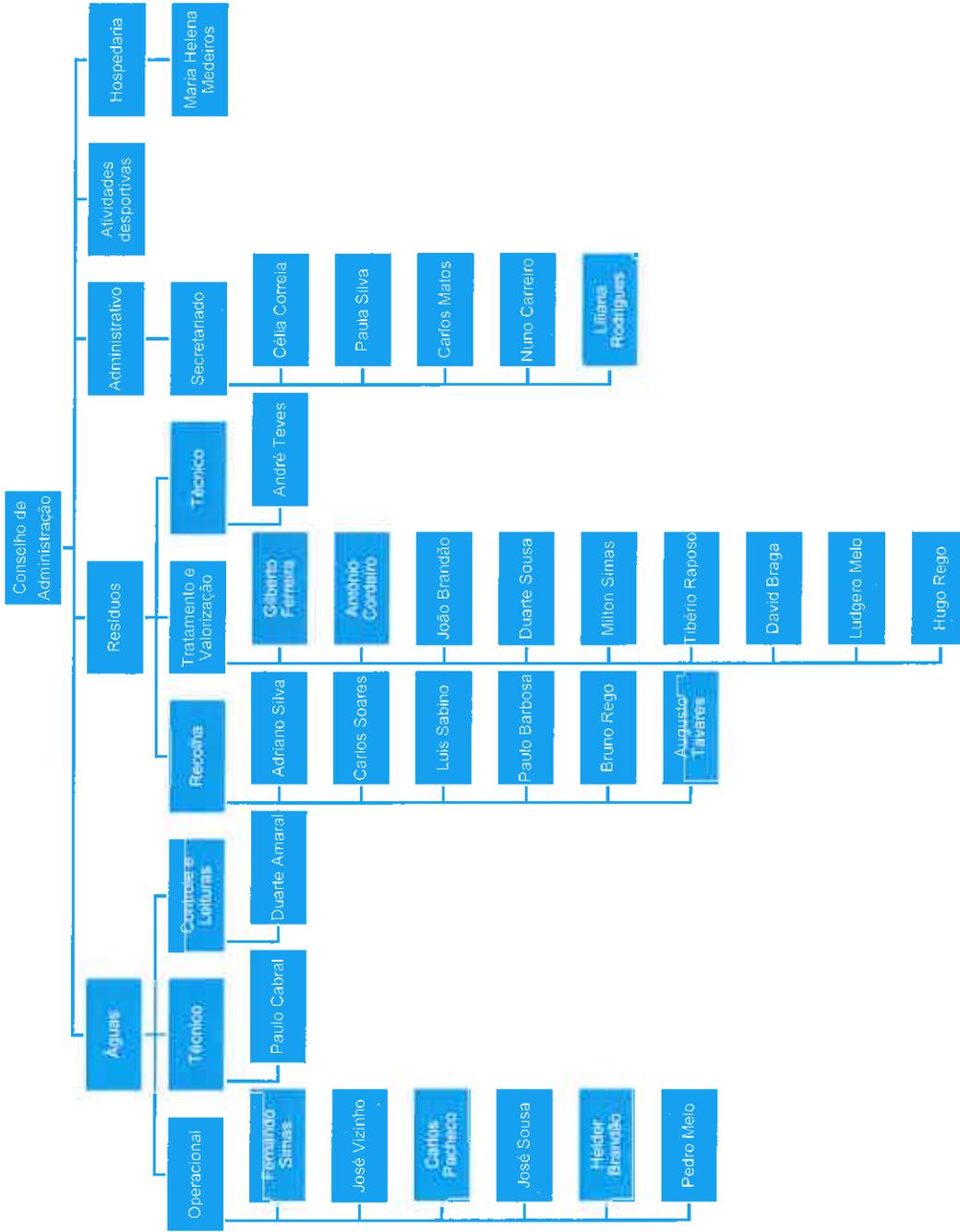
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos	Orçamento Anual 2016	Realizado ano 2016	Desvio em Valor	Execução %
71-Vendas	310 969,98 €	382 530,89 €	- 71 560,91 €	123,01%
72-Prest. Serviços	243 942,54 €	290 641,44 €	- 46 698,90 €	119,14%
73-Var. Inv. da Prod.				
74-Trab. p/ PP. Entidade				
75-Subsid. à Exploração	182 668,69 €	182 669,00 €	- 0,31 €	100,00%
76-Reversões		22,32 €		
77-Ganh.p/ Aum. Just V.		18,02 €		
78-Out. Rend. e Ganhos	129 965,02 €	143 479,78 €	- 13 514,76 €	110,40%
78-Juros, Div e O. Rend	- €	- €		
Total de Rendimentos	867 546,23 €	999 361,46 €	- 131 815,23 €	115,19%
Gastos				
31+61-CMMC	- €	13 514,27 €	- 13 514,27 €	
62-Forn. Serv. Externos	153 852,29 €	243 122,04 €	- 89 269,76 €	158,02%
63-Gastos c/ o Pessoal	330 586,04 €	434 112,22 €	- 103 526,18 €	131,32%
64-Gastos Dep e Amort.	215 520,77 €	198 486,18 €	17 034,59 €	92,10%
65-Perdas p/ imparidade				
66-Perd.p/ Red. Just V.				
67-Provisões do Período				
68-Out Gastos e Perdas	8 045,45 €	3 040,79 €	5 004,66 €	100,00%
69-Gast. e Perd. Financ	103 704,80 €	95 126,89 €	8 577,91 €	91,73%
Total de Gastos	811 709,35 €	987 402,39 €	- 175 693,05 €	121,64%
Res. A/ de Imp.	55 836,88 €	11 959,06 €		

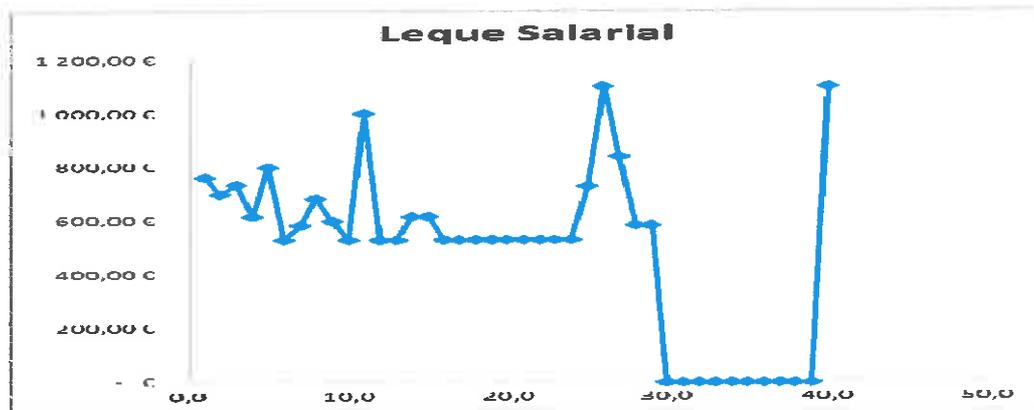
RESULTADOS	
Res. A/ de Imp.	11 959,06 €
Imposto s/Rendimento Exerc	- 2 040,41 €
Res. Líquido Exercício	9 918,65 €



ORGANOGRAMA



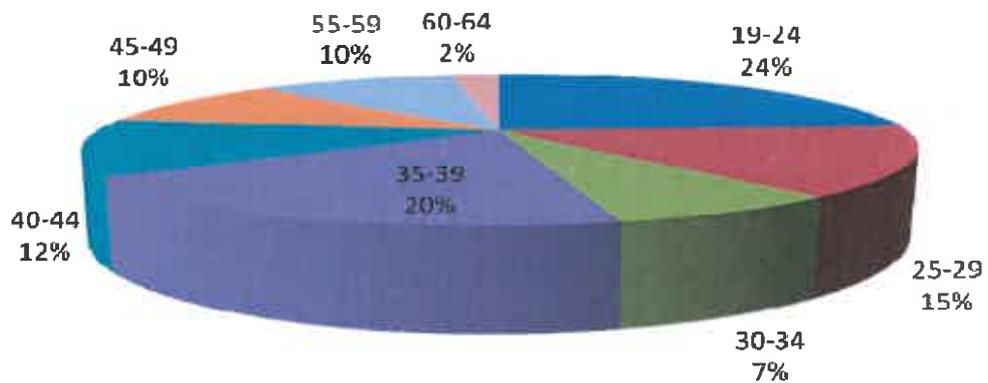
LEQUE SALARIAL INDEXADO AO Nº DE COLABORADORES



Nº Trabalhadores por níveis de escolaridade:



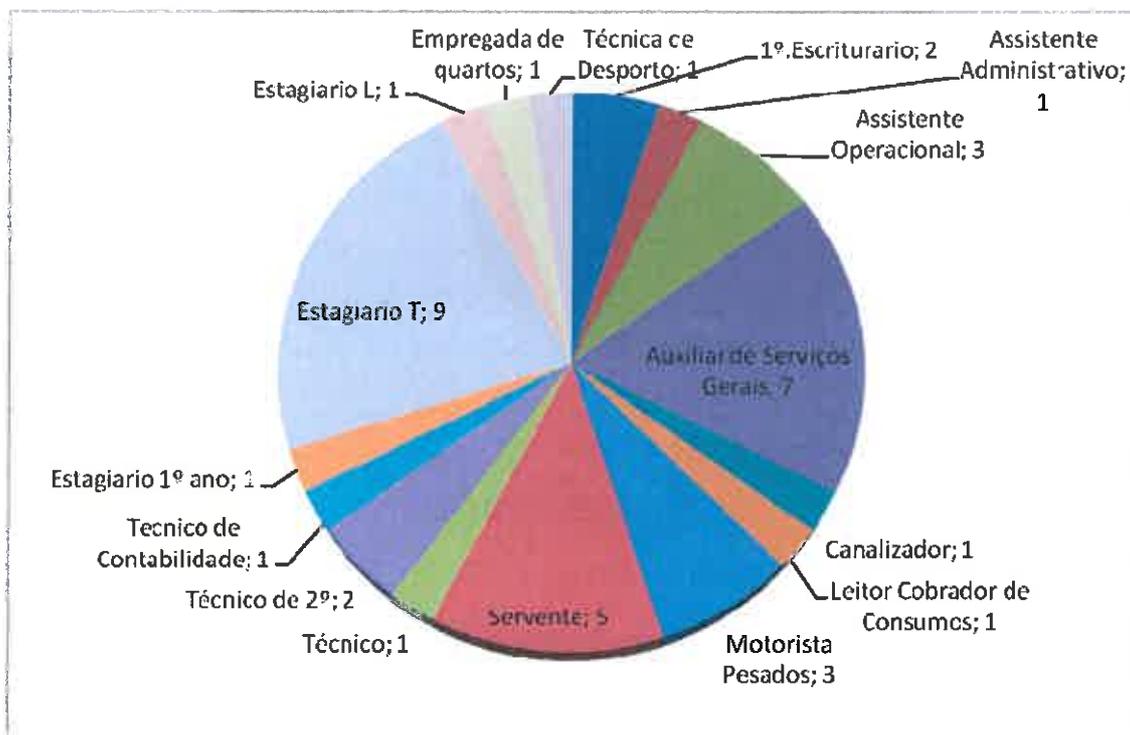
Grupo Etário



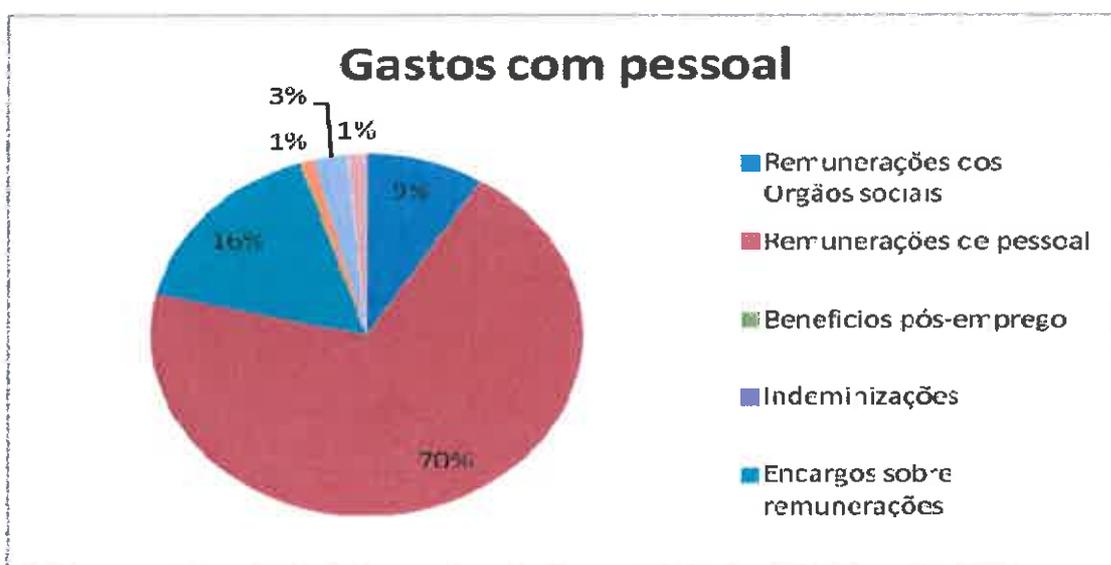
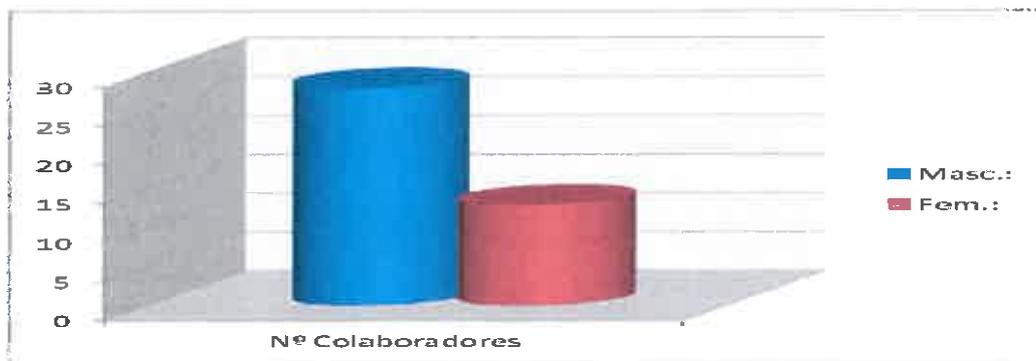
RECURSOS HUMANOS

No que se refere ao reporte dos recursos humanos, em 2016 a Empresa teve como nº médio ao serviço o total de 40 pessoas. O aumento registado no valor desta rúbrica, está diretamente ligado o acréscimo de pessoal através de candidaturas dos programas, ESTAGIÁRIO T, ESTAGIÁRIO L e contratos de trabalho ao abrigo do PIIE-Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T.

QUADRO DE PESSOAL POR CATEGORIA PROFISSIONAL




[Handwritten mark]



Evolução dos Gastos com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações dos Orgãos sociais	38 491,18 €	37 246,01 €
Remunerações de pessoal	303 030,50 €	324 082,18 €
Benefícios pós-emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	954,45 €
Encargos sobre remunerações	70 920,62 €	74 145,03 €
Seguros de acid. de trab.e doenças	4 465,26 €	4 371,93 €
Gastos de acção social	10 890,12 €	5 624,09 €
Outros custos com pessoal	6 314,54 €	3 543,16 €
Gastos com pessoal	<u>434 112,22 €</u>	<u>449 966,85 €</u>

[Handwritten signatures]

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No decurso do exercício de 2016 a Empresa procedeu a abertura dos seguintes concursos, tendo executado no ano em questão as seguintes obras previstas no plano plurianual de investimentos:

Designação do Procedimento	Adjudicatário	Valor s/ iva	Data do Contrato/ adjudicação	Publicitado
Ajuste Direto para Celebração de Contrato de Recolha e Encaminhamento de Ferro Velho (metais e outros resíduos equiparados) nas instalações do Aterro Sanitário do Nordeste Abertura: 28.12.2015 Proc.º nº 1/2016	Serralharia do Outeiro	€ 1.775,00	19.02.2016	-----
Ajuste Direto Simplificado para Fornecimento e Montagem de Sistema de Incêndio e Videoalarme para o Posto de Turismo do Nordeste Abertura: Proc.º nº 2/2016	Prosegur Alarmes	€ 2.699,10	18.03.2016	-----
Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Elaboração do Plano Geral de Saneamento de Águas Residuais do Concelho do Nordeste Abertura: 22.01.2016 Proc.º nº 3/2016	Ecoserviços, Gestão de Sistemas Ecológicos Lda.	€ 10.600,00	4.03.2016	-----
Elaboração de Panfletos de Sensibilização Ambiental Abertura: Proc.º nº 4/2016	Nova Gráfica	€1.080,00	18.03.2016	-----
Ajuste Direto Simplificado para Reparação de Infraestruturas de linhas adutoras/ abastecimento de água potável Abertura:	Albano Vieira e			



Proc.º nº 5/2016	Miguel	€13.057,00	1.04.2016	-----
Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Avaliação do Imobilizado de Águas e Saneamento do Município do Nordeste Abertura: Proc.º nº 6/2016	Nota: Não adjudicado- proposta enviada à CMN	----	----	----
Ajuste Direto Para Fornecimento Continuo de Combustíveis para as máquinas e Viaturas da Nordeste Ativo E.M., S.A. Abertura: 18.03.2016 Proc.º nº 7/2016	Galp Açores S.A.	€22.500,00	10.05.2016	2.06.2016
Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Engenharia Abertura:1.04.2016 Proc.º nº 8/2016	Engº José Miguel Lourenço Pereira	€17.851,80	15.04.2016	26.04.2016
Ajuste Direto para Aquisição de duas Viaturas Abertura:29.04.2016 Proc.º nº 9/2016	Toyota Caetano Portugal S.A.	€ 37.571,22	03.06.2016	22.06.2016
Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho Abertura:29.04.2016 Proc.º nº 10/2016	Securmedica Lda.	€1.380,00	27.05.2016	-----
Ajuste Direto Simplificado para Fornecimento de Contentores para a Recolha Seletiva no Concelho Abertura:13.06.2016 Proc.º nº 11/2016	Nota Procedimento anulado por deliberação C.A. de 8.07.2016	----	-----	-----
Concurso Público para Fornecimento de Contentores para a Recolha Seletiva no Concelho do Nordeste Abertura:24.06.2016				



Proc.º nº 12/2016	Varela & Cª, Lda.	€ 127.142,58	9.03.2017	-----
Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Seguros para a Nordeste Ativo E.M., S.A. Abertura:08.07.2016 Proc.º nº 13/2016	Companhia de Seguros Açoreana Nordeste	€12.853,91	7.11.2016	21.11.2016
Elaboração de Plantas Proc. nº: s/Nº (junto ao nº 13/2016)	Ecoserviços Gestão de Sistemas Ecológicos Lda.	€1.000,00	5.08.2016	-----
Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Contabilidade Analítica Abertura: 28.10.2016 Proc.º nº 14	Lucromais Lda.	€12.000,00	2.01.2017	06.01.2017
Ajuste Direto para Fornecimento Contínuo de combustível para as Máquinas e Viaturas da Nordeste Ativo E.M., S.A. Abertura: 11.11.2016 Proc.º nº 15	Galp Açores Lda.	€22.500,00	13.01.2017	26.01.2017
Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Controlo de Qualidade da água dos Sistemas de Abastecimento Público destinado ao Consumo Humano Abertura: 11.11.2016 Proc.º nº 16	Inova, Instituto de Inovação Tecnológica, Lda.	€21.233,95		
Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Elaboração do Projeto de Execução de Reabilitação do Sistema de Saneamento de Águas Residuais Domésticas do lugar da Feteira Pequena- Freguesia de Santana Abertura: 25.11.2016 Proc.º nº 17	Ecoserviços	€10.500,00	27.12.2016	-----

dk

Projecto de Reabilitação e adaptação do Complexo Desportivo da Fazenda	
Valor previsto no P.P.I.	47.500,00€
Valor executado até 31/12/2011	42.750,00€
Projecto de Construção da Adutora da Tronqueira e elaboração do Estudo do impacte Ambiental no âmbito da obra de construção de adutora da Tronqueira	
Valor previsto no P.P.I.	71.450,00€
Valor executado até 31/12/2011	67.735,50€
Projecto do Mini Golfe de São Pedro Nordestinho no âmbito da obra do Complexo Desportivo da Fazenda e Construção do Mini-Golfe do Concelho	
Valor previsto no P.P.I.	74.500,00€
Valor executado até 31/12/2011	67.050,00€
Projecto de Construção de Reservatórios na Vila de Nordeste e Achada	
Valor previsto no P.P.I.	9.230,00€
Valor executado até 31/12/2011	12.177,97€
Projecto de Estações de Tratamento de água das Captações superficiais do Concelho de Nordeste	
Valor previsto no P.P.I.	34.200,00€
Valor executado até 31/12/2010	30.780,00€
Projecto de Construção de Novas Adutoras à Lomba da Fazenda	
Valor previsto no P.P.I.	74.550,00€
Valor executado até 31/12/2013	64.595,00€
Projecto de Reforço de abastecimento de água á Salga	
Valor previsto no P.P.I.	54.000,00€
Valor executado até 31/12/2014	54.000,00€

[Handwritten signatures]

ENTIDADES SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS

Designação e sede das entidades participadas	
Entidades Societárias Participadas	
Denominação:	GEDERNOR - CONSTRUÇÃO E GESTÃO EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E TURÍSTICOS DO NORDESTE, S.A.
Endereço:	Rua Dona Maria do Rosário nº4 - 9630-141 Nordeste
Forma Jurídica	Sociedade Anónima
NPC/NIF	512092095
CAE	45230
Objecto	Construção, gestão e conservação.de equipamentos desportivos e recreativos, bem como na construção e gestão de infra-estruturas turísticas e urbanísticas
Escritura	23 de Setembro de 2005
Publ. Estatutos / Jornal Oficial	N.º JO-3 N.º Série: III pág. Inicial 170 de 2006/02/15
Utilidade Pública	Não aplicável
Conselho de Administração	Milton Pacheco Borges Mendonça António Fernando Pacheco Sousa José Fernando Brochado de Morais
Capital	50.000,00 €
Estrutura das participações:	Nordeste Activo - 49% (24.500,00 €) Irmãos Cavaco – Construções Açores S.A.- 21% (10.500,00 €) Irmãos Cavaco S.A. - 20% (10.000,00 €) José de Simas Moniz & Filhos, Lda - 2.5% (1.250,00 €) Anteclipse – Construção e Engenharia, Lda - 2.5% (1.250,00 €) Construções e Carpintaria Nordestense, Lda - 2.5% (1.250,00 €) Construções Achadense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)

Nota: Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor S.A.apresentou sentença de declaração de insolvência e nomeia administrador judicial no processo de insolvência.



ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Var. %
Activo Líquido	3 583 833,01	3 494 985,27	-2,48%
Passivo Remunerado	465 010,00	418 442,42	-10,01%
Capitais Próprios	1 885 884,42	1 395 074,06	-26,03%
Capital Social	50 000,00	50 000,00	0,00%

Valores em euros

A diminuição significativa dos Capitais Próprios deve-se ao reconhecimento e contabilização dos subsídios referentes aos investimentos realizados, que são especializados anualmente, ao longo da vida útil desses mesmos investimentos (ver nota 19.2) alinea g).

	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Var. %
Volume de Negócios	668 875,41	673 172,32	0,64%
EBITDA	330 262,95	305 572,12	-7,48%
Res. Antes Impostos	12 933,13	11 959,05	-7,53%
Resultado Líquido	9 031,28	9 918,64	9,83%

Valores em euros

O volume de negócios apresentou um comportamento positivo, refletindo por um lado um acréscimo de vendas e prestações de serviços.

O EBITDA, correspondente ao lucro antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos teve um decréscimo significativo, explicado em parte pelo aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal.



INDICADORES ECONÓMICOS-FINANCEIROS

	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Var. %
Margem EBITDA (1)	49,38%	45,39%	-8,07%
Dívida líquida Financeira (2)	22,23%	22,23%	0,00%
Rendibilidade Operacional (3)	56,62%	52,38%	-7,48%
Autonomia Financeira (4)	41,34%	39,92%	-3,44%
Solvabilidade (5)	67,80%	63,84%	-5,84%

Valores em euros

(1) EBITDA / Volume de Negócios

(2) Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

(3) EBITDA / Vendas e serv.Prest.

(4) Capital Próprio / Activo

(5) Capital Próprio / Passivo

A Dívida Líquida Financeira manteve-se, face a 2016, enquanto a Margem EBITDA acompanha a diminuição verificada no indicador de Rendibilidade Operacional da empresa.

Relativamente aos indicadores de Autonomia Financeira e de Solvabilidade a empresa apresenta no final de 2016 um decréscimo deste indicador, no entanto, os valores traduzem uma situação positiva.

- Demonstração dos resultados

O exercício de 2016 apresenta como resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) um valor positivo no montante de 107.085,94 euros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31/dez/16	31/dez/15	Absoluta	Relativa
Vendas e serviços prestados	673 172,32	668 875,41	4 296,91	0,64%
Subsídios à exploração	182 669,00	184 463,36	-1 794,36	-0,97%
Ganhos/perdas imputados de sub., asso. e empreend. Conj.	0,00	0,00		
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00		
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13 514,27	-4 389,05	-9 125,22	207,91%
Fornecimentos e serviços externos	-243 122,04	-209 112,27	-34 009,77	16,26%
Gastos com o pessoal	-434 112,22	-449 966,85	15 854,63	-3,52%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	22,32	-81,94		
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	0,00	0,00		
Aumentos/reduções de justo valor	18,02	7,39		
Outros rendimentos e ganhos	143 479,78	155 201,00	-11 721,22	-7,55%
Outros gastos e perdas	-3 040,79	-14 734,10	11 693,31	-79,36%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	305 572,12	330 262,95	-24 690,83	-7,48%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-198 486,18	-210 136,67	11 650,49	-5,54%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	107 085,94	120 126,28	-13 040,34	-10,86%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00		
Juros e gastos similares suportados	-95 126,89	-107 193,15	12 066,26	-11,26%
Resultado antes de impostos	11 959,05	12 933,13	-974,08	-7,53%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 040,41	-3 901,85	1 861,44	-47,71%
Resultado líquido do período	9 918,64	9 031,28	887,36	9,83%



Da análise efetuada verifica-se uma diminuição dos resultados operacionais comparativamente ao ano anterior, tal facto deriva do cumprimento exclusivo dos valores dos subsídios á exploração ao abrigo do contrato programa em vigor, no entanto, verifica-se um aumento das vendas e serviços prestados e de um aumento dos gastos com serviços externos e com o custo das mercadorias.

- Balanço

Pela estrutura do Balanço, pode observar-se que, o Total do Capital Próprio decresceu, em virtude da aplicação dos subsídios ao investimento na rubrica “outras variações no capital próprio”, e pelo resultado liquido negativo, do ano anterior que transitou para resultados transitados, valor final do capital próprio é de 1.395.074,06 euros.

RUBRICAS	DATAS		Variação	
	31/dez/16	31/dez/15	Absoluta	Relativa
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	3 314 004,21	3 405 676,63	-91 672,42	-2,69%
Outros activos financeiros	624,51	380,22	244,29	
Activos por impostos diferidos	0,00	0,09	-0,09	
	3 314 628,72	3 406 056,94	-91 428,22	-2,68%
			0,00	
Activo Corrente			0,00	
Inventários	43 625,60	44 978,45	-1 352,85	-3,01%
Activos biológicos	0,00	0,00	0,00	
Clientes	98 901,46	101 137,83	-2 236,37	-2,21%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	
Estados e outros entes públicos	9 519,05	649,39	8 869,66	1365,84%
Accionistas/sócios	0,00	0,00	0,00	
Outras contas a receber	5 917,27	4 856,14	1 061,13	21,85%
Diferimentos	2 641,53	2 889,72	-248,19	-8,59%
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	
Outros activos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	
Caixa e depósitos bancários	19 751,64	23 264,54	-3 512,90	-15,10%
	180 356,55	177 776,07	2 580,48	1,45%
Total do activo	3 494 985,27	3 583 833,01	-88 847,74	-2,48%

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	DATAS		Variação	
	31/dez/16	31/dez/15	Absoluta	Relativa
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00%
Acções (quotas) próprias	0,00	0,00		
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00		
Prémios de emissão	0,00	0,00		
Reservas legais	2 776,34	2 776,34	0,00	0,00%
Outras reservas	0,00	0,00		
Resultados transitados	-420 768,22	-429 799,50	9 031,28	-2,10%
Ajustamentos em activos financeiros	0,00	0,00		
Excedentes de revalorização	0,00	0,00		
Outras variações no capital próprio	1 753 147,30	1 849 524,89	-96 377,59	-5,21%
Resultado líquido do período	9 918,64	9 031,28	887,36	9,83%
Interesses minoritários	0,00	0,00		
Total do capital próprio	1 395 074,06	1 481 533,01	-86 458,95	-5,84%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	0,00	0,00		
Financiamentos obtidos	418 442,42	465 010,00	-46 567,58	-10,01%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00		
Passivos por impostos diferidos	3,03	1,51	1,52	100,66%
Outras contas a pagar	0,00	0,00		
	418 445,45	465 011,51	-46 566,06	-10,01%
Passivo corrente				
Fornecedores	76 340,04	57 224,55	19 115,49	33,40%
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00		
Estado e outros entes públicos	10 552,41	9 921,78	630,63	6,36%
Accionistas/sócios	0,00	0,00		
Financiamentos obtidos	1 162 453,06	1 123 635,04	38 818,02	3,45%
Outras contas a pagar	431 300,77	446 507,12	-15 206,35	-3,41%
Diferimentos	819,48	0,00		
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00		
Outros passivos financeiros	0,00	0,00		
Passivos não correntes detidos para venda	0,00	0,00		
	1 681 465,76	1 637 288,49	44 177,27	2,70%
Total do passivo	2 099 911,21	2 102 300,00	-2 388,79	-0,11%
Total do capital próprio e do passivo	3 494 985,27	3 583 833,01	-88 847,74	-2,48%

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



- Financiamento

Verifica-se um decréscimo de 0,49% do valor dos financiamentos obtidos, relativamente ao ano de 2016, no valor de 7.749,56.

Os financiamentos obtidos em 2016 e em 2015 são detalhados conforme se segue

	2016				2015			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
Empréstimos Bancários								
SANTANDER TOTTA	- €	46 500,00 €	4 344,12 €	42 155,88 €	- €	- €	- €	- €
SANTANDER TOTTA	- €	778 800,42 €	769 827,09 €	8 973,33 €	- €	- €	- €	- €
BANIF CCC	250 000,00 €	- €	21 500,00 €	228 500,00 €	250 000,00 €	- €	- €	250 000,00 €
BANIF 70144	114 583,37 €	- €	9 166,66 €	105 416,71 €	123 750,03 €	- €	9 166,66 €	114 583,37 €
CADIA GERAL DEPÓSITOS	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €
NOVOBANCO CCC	225 000,00 €	38 100,00 €	- €	263 100,00 €	200 000,00 €	25 000,00 €	- €	225 000,00 €
BESA LIVRANÇA	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
BES LEASING TRATOR	- €	- €	- €	- €	764,87 €	- €	764,87 €	- €
NOVOBANCO LEASING FIAT	5 477,96 €	- €	2 796,59 €	2 681,37 €	8 111,98 €	- €	2 634,02 €	5 477,96 €
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	413 583,71 €	- €	63 515,52 €	350 068,19 €	470 255,50 €	- €	56 671,79 €	413 583,71 €
	1 588 645,04 € *	863 400,42 €	871 149,98 €	1 580 895,48 €	1 632 882,38 €	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €
	1 588 645,04 € *	863 400,42 €	871 149,98 €	1 580 895,48 €	1 632 882,38 €	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €

Os financiamentos obtidos em 2015 e em 2014 são detalhados conforme se segue

	2015				2014			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
Empréstimos Bancários								
BANIF 70143	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
BANIF CCC	250 000,00 €	- €	- €	250 000,00 €	450 000,00 €	- €	200 000,00 €	250 000,00 €
BANIF 70144	123 750,03 €	- €	9 166,66 €	114 583,37 €	132 916,69 €	- €	9 166,66 €	123 750,03 €
CADIA GERAL DEPÓSITOS	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €	880 000,00 €	- €	300 000,00 €	580 000,00 €
BESA CCC	200 000,00 €	25 000,00 €	- €	225 000,00 €	500 000,00 €	- €	300 000,00 €	200 000,00 €
BESA LIVRANÇA	- €	- €	- €	- €	50 000,00 €	- €	50 000,00 €	- €
BES LEASING TRATOR	764,87 €	- €	764,87 €	- €	5 262,25 €	- €	4 497,38 €	764,87 €
BES LEASING FIAT	8 111,98 €	- €	2 634,02 €	5 477,96 €	10 586,07 €	- €	2 474,09 €	8 111,98 €
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	470 255,50 €	- €	56 671,79 €	413 583,71 €	521 552,55 €	- €	51 297,05 €	470 255,50 €
	1 632 882,38 € *	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €	2 550 317,56 € *	- €	917 435,18 €	1 632 882,38 €
	1 632 882,38 € *	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €	2 550 317,56 € *	- €	917 435,18 €	1 632 882,38 €

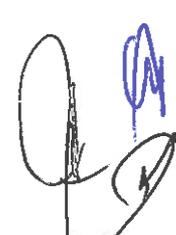
Os financiamentos obtidos em 2014 e em 2013 são detalhados conforme se segue

	2014				2013			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
Empréstimos Bancários								
BANIF 70143	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
BANIF CCC	450.000,00 €	- €	200.000,00 €	250.000,00 €	550.000,00 €	- €	100.000,00 €	450.000,00 €
BANIF 70144	132.916,69 €	- €	9.166,66 €	123.750,03 €	142.083,35 €	- €	9.166,66 €	132.916,69 €
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	880.000,00 €	- €	300.000,00 €	580.000,00 €	880.000,00 €	- €	- €	880.000,00 €
BESA CCC	500.000,00 €	- €	300.000,00 €	200.000,00 €	500.000,00 €	- €	- €	500.000,00 €
BESA LIVRANÇA	50.000,00 €	- €	50.000,00 €	- €	50.000,00 €	200.000,00 €	200.000,00 €	50.000,00 €
BES LEASING TRATOR	5.262,25 €	- €	4.497,38 €	764,87 €	9.109,44 €	- €	3.847,19 €	5.262,25 €
BES LEASING FIAT	10.586,07 €	- €	2.474,09 €	8.111,98 €	11.040,13 €	- €	454,06 €	10.586,07 €
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	521.552,55 €	- €	51.297,05 €	470.255,50 €	568.933,33 €	- €	47.380,78 €	521.552,55 €
	2.550.317,56 €	- €	917.435,18 €	1.632.882,38 €	2.711.166,25 €	200.000,00 €	360.848,69 €	2.550.317,56 €
	2.550.317,56 €	- €	917.435,18 €	1.632.882,38 €	2.711.166,25 €	200.000,00 €	360.848,69 €	2.550.317,56 €

Os financiamentos obtidos em 2013 e em 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013				2012			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
Empréstimos bancários:								
BANIF DO FUNCHAL, S.A. 70143	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANIF DO FUNCHAL, S.A. CCC	550.000,00	0,00	100.000,00	450.000,00	550.000,00	11.720,13	11.720,13	550.000,00
BANIF DO FUNCHAL, S.A. 70144	142.083,35	0,00	9.166,66	132.916,69	142.083,35	0,00	9.166,66	142.083,35
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CONC EXPL	880.000,00	0,00	0,00	880.000,00	880.000,00	0,00	0,00	880.000,00
BESA CCC	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
BESA LIVRANÇA	50.000,00	200.000,00	200.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
BES LEASING TRATOR	9.109,44	0,00	3.847,19	5.262,25	9.109,44	0,00	3.847,19	9.109,44
BES LEASING FIAT	11.040,13	0,00	454,06	10.586,07	11.040,13	0,00	454,06	11.040,13
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	568.933,33	0,00	47.380,78	521.552,55	568.933,33	0,00	47.380,78	521.552,55
	2.711.166,25	200.000,00	360.848,69	2.550.317,56	2.754.789,11	11.720,13	66.383,12	2.754.789,11
	2.711.166,25	200.000,00	360.848,69	2.550.317,56	2.754.789,11	11.720,13	66.383,12	2.754.789,11

	2011				2010			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
Empréstimos bancários:								
BANIF DO FUNCHAL, S.A. 70143	160.000,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
BANIF DO FUNCHAL, S.A. CCC	385.000,00	165.000,00	0,00	550.000,00	379.000,00	6.000,00	0,00	385.000,00
BANIF DO FUNCHAL, S.A. 70144	160.416,67	0,00	9.166,66	151.250,01	165.000,00	0,00	4.583,33	160.416,67
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CONC EXPL	880.000,00	0,00	0,00	880.000,00	1.035.272,92	0,00	155.272,92	880.000,00
BESA LEASING E FATÓRING	1.609.932,69	160.993,27	1.770.925,96	0,00	231.944,40	1.377.988,29	0,00	1.609.932,69
BESA CCC	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BESA LIVRANÇA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BES LEASING	16.135,80	0,00	3.406,98	12.728,82	19.941,19	0,00	3.205,29	16.135,80
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	0,00	620.443,82	9.634,24	610.809,56	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.211.485,26	1.496.437,09	1.953.133,24	2.754.789,11	1.830.558,51	1.543.988,29	163.061,54	3.211.485,26
	3.211.485,26	1.496.437,09	1.953.133,24	2.754.789,11	1.830.558,51	1.543.988,29	163.061,54	3.211.485,26



PERSPECTIVAS FUTURAS

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017, traduz a necessidade de conclusão dos projetos em curso, ligados essencialmente ao aproveitamento e melhoria da captação e distribuição de água.

Não obstante, perspectiva-se consolidar algumas medidas de gestão que foram implementadas, nomeadamente, através de uma racionalização dos investimentos, e contenção de despesa em virtude das dificuldades na obtenção de crédito e da conjuntura atual.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A empresa deu prioridade à necessidade de continuar a fazer a aproximação da Nordeste Activo aos seus clientes/utilizadores fortalecendo uma relação de confiança entre as partes.

Site Institucional

O sítio da empresa retrata a estratégia de comunicação junto dos clientes/utilizadores, das instituições e das comunidades onde presta serviço.

<http://www.nordesteativo.pt/>



Concelho de Nordeste

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

Busca

Pesquisa

- Home
- Quem somos
- Contactos
- Publicações
- Tarifários
- Recolha Seletiva
- Formulários
- Qualidade da Água
- Leituras

Na nossa site poderá encontrar as informações sobre a nossa empresa e as nossas atividades. Esperamos saber de que fazemos e, sobretudo, o que podemos fazer por vós.

Este site permite-vos-nos conhecer-nos melhor e entrar em contacto conosco em qualquer momento para receber mais informações.

FACTOS RELEVANTES

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da empresa.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

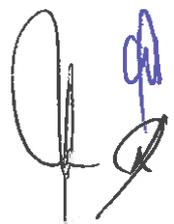
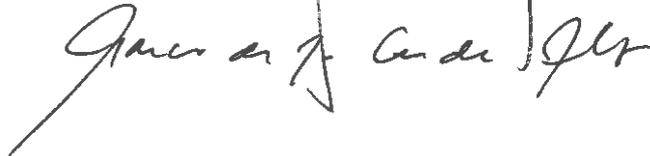
A gerência, propõe que o resultado liquido positivo do exercício de 2016, no valor de - 9.918,64 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados 9.918,64 euros

NORDESTE, 17 de Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO







3 - CONTAS

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração das alterações no Capital Próprio

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras



Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016

(Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez. 2016	31 dez. 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6/20	3.314.004,21	3.405.676,63
Outros investimentos financeiros	3/10	624,51	380,22
Activos por impostos diferidos	3		0,09
		3.314.628,72	3.406.056,94
Ativo corrente			
Inventários	3/9	43.625,60	44.978,45
Clientes	3/10	98.901,46	101.137,83
Estado e outros entes públicos	3/19	9.519,05	649,39
Outros créditos a receber	3/10/19	5.917,27	4.856,14
Diferimentos	3/19	2.641,53	2.889,72
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	19.751,64	23.264,54
		180.356,55	177.776,07
TOTAL DO ATIVO		3.494.985,27	3.583.833,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	5/10/19	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Resultados transitados	19	420.768,22	429.799,50
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	15/19	1.753.147,30	1.849.524,89
Resultado líquido do período	19	9.918,64	9.031,28
Interesses que não controlam			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	19	1.395.074,06	1.481.533,01
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3/10/11	418.442,42	465.010,00
Passivos por impostos diferidos	3/17	3,03	1,51
		418.445,45	465.011,51
Passivo corrente			
Fornecedores	3/10	76.340,04	57.224,55
Estado e outros entes públicos	3/19	10.552,41	9.921,78
Financiamentos obtidos	3	1.162.453,06	1.123.635,04
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	431.300,77	446.507,12
Diferimentos	3/19	819,48	
		1.681.465,76	1.637.288,49
TOTAL DO PASSIVO		2.099.911,21	2.102.300,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.494.985,27	3.583.833,01

Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	3:13:20	673.172,32	668.875,41
Subsídios à exploração	3:5:15	182.669,00	184.463,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3:9	- 13.514,27	- 4.389,05
Fornecimentos e serviços externos	19:20	- 243.122,04	- 209.112,27
Gastos com o pessoal	3:5:18:20	- 434.112,22	- 449.966,85
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	3:10	22,32	- 81,94
Aumentos/ reduções de justo valor	10	18,02	7,39
Outros rendimentos	19	143.479,78	155.201,00
Outros gastos	19	- 3.040,79	- 14.734,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		305.572,12	330.262,95
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	3:6	- 198.486,18	- 210.136,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		107.085,94	120.126,28
Juros e gastos similares suportados	3:10:11:19	- 95.126,89	- 107.193,15
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		11.959,05	12.933,13
Imposto sobre o rendimento do período	3:17	- 2.040,41	- 3.901,85
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		9.918,64	9.031,28

2015

Entidade: Nordeste Activo E. M. S. A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período

DESCRICAO	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Reservas legais	Reservas de outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos no valor do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam				
Posição no início do período 2015		50.000,00	2.776,34	107.534,01	-	-	37.141,03	1.885.884,22	-	-	-	1.885.884,22	-	1.885.884,22
Alterações no Período														
Primeira adição de novo terreno contabilizado														
Alocações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Prémios para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no fim do período 2015		50.000,00	2.776,34	129.799,50	-	-	413.582,49	1.810.524,80	-	-	0.031,28	1.481.533,01	-	1.481.533,01

2016

Entidade: Nordeste Activo E. M. S. A.

Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações no Capital Próprio no Período

DESCRICAO	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Reservas legais	Reservas de outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos no valor do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam				
Posição no início do período 2016		50.000,00	2.776,34	129.799,50	-	-	0.031,28	1.810.524,80	-	-	0.031,28	1.481.533,01	-	1.481.533,01
Alterações no Período														
Primeira adição de novo terreno contabilizado														
Alocações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Prémios para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no fim do período 2016		50.000,00	2.776,34	129.799,50	-	-	429.798,22	1.534.117,36	-	-	0.031,28	1.406.621,06	-	1.406.621,06

Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.
 Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de dezembro de 2016

Marina Cabral
 Nif: 229643825
 Toc: n.º 87693

(Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		678.705,41	716.737,20
Pagamentos a fornecedores		- 237.947,68	- 251.426,09
Pagamentos ao pessoal		- 435.293,07	- 438.595,42
Caixa gerada pelas operações		5.464,66	26.715,69
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		- 851,78	- 7.279,94
Outros recebimentos/ pagamentos		137.159,07	176.980,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		141.771,95	196.416,38
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 16.948,40	- 64.394,53
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 16.948,40	- 64.394,53
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		46.500,00	25.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			1.560,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 79.822,89	- 69.763,55
Juros e gastos similares		- 95.013,56	- 108.108,70
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 128.336,45	- 151.312,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 3.512,90	- 19.290,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	23.264,54	42.554,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	19.751,64	23.264,54



3 - CONTAS

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração das alterações no Capital Próprio

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras



Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016

(Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez. 2016	31 dez. 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6/20	3.314.004,21	3.405.676,63
Outros investimentos financeiros	3/10	624,51	380,22
Activos por impostos diferidos	3		0,09
		3.314.628,72	3.406.056,94
Ativo corrente			
Inventários	3/9	43.625,60	44.978,45
Clientes	3/10	98.901,46	101.137,83
Estado e outros entes públicos	3/19	9.519,05	649,39
Outros créditos a receber	3/10/19	5.917,27	4.856,14
Diferimentos	3/19	2.641,53	2.889,72
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	19.751,64	23.264,54
		180.356,55	177.776,07
TOTAL DO ATIVO		3.494.985,27	3.583.833,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	5/10/19	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Resultados transitados	19	- 420.768,22	- 429.799,50
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	15/19	1.753.147,30	1.849.524,89
Resultado líquido do período	19	9.918,64	9.031,28
Interesses que não controlam			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	19	1.395.074,06	1.481.533,01
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3/10/11	418.442,42	465.010,00
Passivos por impostos diferidos	3/17	3,03	1,51
		418.445,45	465.011,51
Passivo corrente			
Fornecedores	3/10	76.340,04	57.224,55
Estado e outros entes públicos	3/19	10.552,41	9.921,78
Financiamentos obtidos	3	1.162.453,06	1.123.635,04
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	431.300,77	446.507,12
Diferimentos	3/19	819,48	
		1.681.465,76	1.637.288,49
TOTAL DO PASSIVO		2.099.911,21	2.102.300,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.494.985,27	3.583.833,01

Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	3.13.20	673.172,32	668.875,41
Subsídios à exploração	3.5.15	182.669,00	184.463,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.9	- 13.514,27	- 4.389,05
Fornecimentos e serviços externos	19.20	- 243.122,04	- 209.112,27
Gastos com o pessoal	3.5.18.20	- 434.112,22	- 449.966,85
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	3.10	22,32	- 81,94
Aumentos/ reduções de justo valor	10	18,02	7,39
Outros rendimentos	19	143.479,78	155.201,00
Outros gastos	19	- 3.040,79	- 14.734,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		305.572,12	330.262,95
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	3.6	- 198.486,18	- 210.136,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		107.085,94	120.126,28
Juros e gastos similares suportados	3.10.11.19	- 95.126,89	- 107.193,15
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		11.959,05	12.933,13
Imposto sobre o rendimento do período	3.17	- 2.040,41	- 3.901,85
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		9.918,64	9.031,28

2015

Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período

DSCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Votes (quótas) próprias	Outros incrementos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos e outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
Posição no início do período 2015		5.000.000	-	-	-	2.776.341	-	107.834.011	-	-	-	37.191.033	1.885.884.222	-	1.885.884.222
Alterações no Período															
Primeira adição de novo subscrever contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações resultantes do capital próprio															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO INTEGRAL															
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Fundadas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Posição no fim do período 2015		5.000.000	-	-	-	2.776.341	-	107.834.011	-	-	-	37.191.033	1.885.884.222	-	1.885.884.222

2016

Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.
Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações no Capital Próprio no Período

DSCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Votes (quótas) próprias	Outros incrementos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos e outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
Posição no início do período 2016		5.000.000	-	-	-	2.776.341	-	107.834.011	-	-	-	37.191.033	1.885.884.222	-	1.885.884.222
Alterações no Período															
Primeira adição de novo subscrever contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações resultantes do capital próprio															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO INTEGRAL															
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Fundadas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Posição no fim do período 2016		5.000.000	-	-	-	2.776.341	-	107.834.011	-	-	-	37.191.033	1.885.884.222	-	1.885.884.222

Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.
 Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de dezembro de 2016

Marina Cabral
 Nif: 270643825
 Toc: n.º 87693

(Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		678.705,41	716.737,20
Pagamentos a fornecedores		- 237.947,68	- 251.426,09
Pagamentos ao pessoal		- 435.293,07	- 438.595,42
Caixa gerada pelas operações		5.464,66	26.715,69
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		- 851,78	- 7.279,94
Outros recebimentos/ pagamentos		137.159,07	176.980,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		141.771,95	196.416,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 16.948,40	- 64.394,53
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		-	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 16.948,40	- 64.394,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		46.500,00	25.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			1.560,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 79.822,89	- 69.763,55
Juros e gastos similares		- 95.013,56	- 108.108,70
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 128.336,45	- 151.312,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 3.512,90	- 19.290,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	23.264,54	42.554,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	19.751,64	23.264,54

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

NORDESTE ACTIVO – Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E.M., S.A.

1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ACTIVO, E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.



Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.



Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Imparidade de ativos

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.



Inventários

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na demonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no

balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do trespasse (*goodwill*), do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	568,34	731.954,58	732.143,54	379,38
Depósitos à Ordem	22.696,20	663.779,63	667.104	19.372,30
Outros Depósitos Bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	23.264,54	1.395.734,21	1.399.247,07	19.751,68
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Recebimentos provenientes de:

	Valor
Indemnizações de Seguros não Vida	
Subsídios à exploração	182.669,00
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

5. Partes relacionadas

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

(a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:

- Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
- Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
- Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.

(b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou

(c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

A Nordeste Activo, E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

Entidades que participam no capital da empresa declarante

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50.000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

Entidades em que a empresa declarante participa

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A.
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24.500.00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

a) Total de remunerações

Considerando que uma parte está relacionada com uma entidade se a mesma for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe, importa fazer referência às remunerações do pessoal chave de gestão que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes:

Remuneração	2016	2015
Benefícios de curto prazo dos empregados	47.386,63	45.862,51
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamentos com base em acções		
Total	47.386,63	45.862,51

5.3. Transações entre partes relacionadas

A Câmara Municipal do Nordeste financia, através de contratos programa plurianuais, algumas das atividades desenvolvidas pelo Nordeste Activo, E.M., S.A. de acordo com:

- Contrato Programa celebrado a 7 de julho de 2005, tendo por objeto a criação, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e conservação das infraestruturas desportivas e turísticas constituídas pelo complexo de piscinas cobertas do Nordeste, do campo de golfe do Nordeste e demais equipamentos desportivos e urbanos envolventes, do parque temático da Lomba da Fazenda e dos equipamentos turísticos da Foz da Ribeira do Guilherme, bem como a definição de um conjunto de atribuições e responsabilidades do Nordeste Activo, E.M., S.A. na prossecução do seu objeto social.
- Contrato Programa ao Investimento e à Exploração celebrado a 2 de janeiro de 2007, destinado a manter e desenvolver a rede de captação e distribuição de água para consumo público bem como a rede de recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2016	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	51.202,71	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	182.669,00	-
	Contas a Pagar Correntes	-	-
	Contas a Receber Correntes	-	282.013,31
2015	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	56.984,07	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	178.213,36	-
	Contas a Pagar Correntes	-	-
	Contas a Receber Correntes	5.706,77	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no

montante de 198.486,18€ (210.136,67€ em 2015) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	n/a
Edifícios e Outras Construções	Entre 4 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 50 anos
Equipamento de Transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 3 e 10 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	Descrição	Terenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	184.054,50	2.195.113,10	1.321.278,13	419.631,77	16.919,63	31.833,33	348.518,12	4.549.481,58
2	Depreciações acumuladas iniciais		283.681,42	513.732,85	274.514,13	15.914,11	25.962,44		1.143.884,95
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								-
4	Quantia líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	184.054,50	1.911.431,68	777.545,58	175.120,64	134,92	8.871,19	348.518,12	3.405.676,63
5	Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	50.315,00	71.400,04	80.731,93	2.030,68	134,92	618,14	11.700,01	91.672,42
5.1	Total das adições	50.315,00	-	3.119,76	37.571,22	470,37	3.637,40	11.700,01	106.813,76
Adições	Aquisições em 1.º ano	50.315,00		3.119,76	37.571,22	470,37	3.637,40	11.700,01	106.813,76
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais								-
	Outras aquisições								-
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								-
	Trabalhos para a própria entidade								-
	Acréscimo por revalorização								-
Outras								-	
5.2	Total das diminuições	-	71.400,04	83.851,69	39.609,90	605,29	3.019,26	-	198.486,18
Diminuições	Depreciações		71.400,04	83.851,69	39.609,90	605,29	3.019,26		198.486,18
	Perdas por imparidade								-
	Alienacões								-
	Abates								-
	Outras								-
5.3	Reversões de perdas por imparidade								-
5.4	Transferências de AFT em curso								-
5.5	Transferências de para activos não correntes deidos para venda								-
5.6	Outras transferências								-
6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	234.369,50	1.840.031,64	696.813,65	173.081,96	-	9.489,33	360.218,13	3.314.004,21
-	Quantia da garantia de passivos e ou titularidade restringida								-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 360.218,13€ (348.518,12€ em 2015) em investimentos em curso discriminado como se apresenta:

i)	Reabilitação e Adaptação do Complexo Desportivo da Fazenda	42.750,00€
ii)	Construção da Adutora da Tronqueira	67.737,50€
iii)	Mini Golfe de São Pedro Nordestinho	67.350,00€
iv)	Construção de Reservatório na Vila do Nordeste	6.405,62€
v)	Execução de Estações de Tratamento de Água	30.780,00€
vi)	Construção da Adutora à Lomba da Fazenda	77.085,01€
vii)	Reforço de Abastecimento de Água à Salga	61.470,00€
viii)	Reformulação de Rede de Águas do Conselho	6.640,00€

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

7. Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos

d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

Descrição	Programas de Computador	Total
Com vida útil indefinida:		
1	Quantia bruta escriturada inicial	
2	Perdas por imparidade acumuladas	
3	Quantia líquida escriturada final	
Com vida útil finita:		
4	Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00
5	Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	
7	Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)	
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)	
8,1	Total das adições	
8,2	Total das diminuições	
8,3	Reversões de perdas por imparidade	
8,4	Transferências de intangíveis em curso	
8,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda	
8,6	Outras transferências	
9	Quantia líquida escriturada final (9=7+8)	
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	

8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedernor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica "ajustamentos em ativos financeiros", na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, conseqüentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

a) **Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial**

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

9. Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Descrição	2016			2015		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	853,64	44.124,81	44.978,45		40.517,68	40.517,68
Compras	3.966,47	9.993,83	13.960,30	657,20	18.217,72	18.874,92
Reclassificação e regularização de inventários		(1.798,87)	(1.798,87)	3.937,00	(13.962,10)	(10.025,10)
Inventários finais	853,64	42.771,96	43.625,60	853,64	44.124,81	44.978,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.966,47	9.547,80	13.514,27	3.740,56	648,49	4.389,05
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários						
Ajustamentos/ perdas por imparidade acumuladas em inventários						
Reversão de ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários negociantes)						
Inventários dados como penhor de garantia a passivos						
Mercadorias em trânsito						
Adiantamentos por conta de compras						
Quantias (líquidas) escrituradas de inventários	853,64	42.771,96	43.625,60	853,64	44.124,81	44.978,45

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Cientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes perdas e reversões de imparidade:

Descrição	2016			2015		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	-	23,32	23,32	-	81,94	- 81,94
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	23,32	23,32	-	81,94	- 81,94

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 98.901,46€ (101.137,83€ em 2015) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Reclamados judicialmente	59,62
Em mora:	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	280.637,86
Perdas por imparidade acumuladas	- 280.697,48
TOTAL	-

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	379.38	568.34
Depósitos Bancários	19.372.26	22.696.20
Outros Depósitos Bancários		
Total	19.751,64	23.264,54

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 76.340,048€ (57.224,55€ em 2015).

d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2016				2015		
	Mensurados ao Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas
Activos Financeiros:	624,51	385.516,21	-	280.697,48	380,22	386.713,77	280.719,80
Clientes		379.598,94		280.697,48		381.857,63	280.719,80
Outros créditos a receber		5.917,27				4.856,14	
Outros investimentos financeiros	624,51				380,22		
Passivos Financeiros:	-	2.088.536,29	-	-	-	2.092.376,71	-
Fornecedores		76.340,04				57.224,55	
Financiamentos obtidos		1.580.895,48				1.588.645,04	
Outras dívidas a pagar		431.300,77				446.507,12	

e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2016:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2016	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho	606,49	1,02971	624,51
TOTAL	606,49		624,51

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2016		2015	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
Outro Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)		18,02	- 0,47	7,86
Total		18,02		7,39

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

	2016	2015
Aumento de justo valor	18,02	7,86
Redução de justo valor		- 0,47
	18,02	7,39
Passivo por Impostos diferidos	- 3,03	- 2,65
Ativo por Impostos diferidos		0,09

f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
Empréstimos genéricos:				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.162.453,06	418.442,42	95.126,89	79.823,14
Mercado de valores mobiliários				
Participantes de capital:				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
Dos quais: Empresas participantes				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
TOTAL	1.580.895,48		95.126,89	79.823,14
Dos quais: não residentes				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
Descobertos Bancários:				
Santander Totta	-	778.800,42	769.827,09	8.973,33
Contas Correntes Cauionadas:				
Santander Totta	250.000,00		21.500,00	228.500,00
Novo Banco dos Açores, S.A.	225.000,00	38.100,00		263.100,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	580.000,00			580.000,00
Empréstimos ao Investimento:				
BANIF, S.A.	114.583,37		9.166,66	105.416,71
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	413.583,71		63.515,52	350.068,19
Santander Totta		46.500,00	4.344,12	42.155,88
Locações Financeiras:				
Novo Banco, S.A. - Trator				
Novo Banco, S.A. - Viatura Ligeira de Mercadorias	5.477,96		2.796,59	2.681,37
Total	1.588.645,04	38.100,00	96.978,77	1.580.895,48

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2016 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A. (Outras Garantias) 50.000,00€

10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000.00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2015).

11. Custos dos Empréstimos Obtidos

11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Descrição	2016	2015
Juros Suportados	79.823,14	93.948,38
Outros Gastos de Financiamento	15.303,75	13.244,77
Total	95.126,89	107.193,15

12. Locações

12.1. Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	34.540,13
Depreciações acumuladas	29.020,08
Perdas por imparidades e reversões	-
Quantia líquida escriturada final	5.520,05

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

Pagamentos futuros	Activos Fixos Tangíveis	Total
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:	2.681,37	2.681,37
Até um ano	2.681,37	2.681,37
De um a cinco anos		
Mais de cinco anos		
Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:	2.681,37	2.681,37
Até um ano	2.681,37	2.681,37
De um a cinco anos		
Mais de cinco anos		
Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período		
Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço		

c) Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Ano 2017: 2.681,37€

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2016 e 2015 detalha-se como se apresenta:

Rubricas	2016	2015
Vendas		
Água	314.484,30	307.678,58
Valorização Resíduos	64.510,63	51.652,18
Artigos Posto Turismo	3.535,95	2.487,40
Serviços		
Resíduos Sólidos	112.348,59	111.792,82
Recolha Seletiva		
Tarifa Disponibilidade	86.380,12	86.197,87
Deposição Resíduos	52.314,42	58.676,80
Festas Nordeste	24.542,41	33.995,85
Outros Serviços	15.055,90	16.393,91
TOTAL	673.172,32	668.875,41

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2016 os saldos da Gedernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) e devedor diverso (1.375,45€), foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciáveis são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciáveis são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente

no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2016	2015
Subsídios ao Investimento	2.136.595,36	2.252.433,76
Ajustamentos em Subsídios	- 358.948,07	- 378.408,87
Total de "Outras variações no capital próprio"	1.777.647,29	1.874.024,89

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
1 Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	2.252.433,76	115.838,39	2.136.595,37
1.1 Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	2.252.433,76	115.838,39	2.136.595,37
1.1.1 Terrenos e recursos naturais			
1.1.2 Edifícios e outras construções	1.521.265,71	54.105,77	1.467.159,94
1.1.3 Equipamento básico	681.252,53	51.749,53	629.503,00
1.1.4 Equipamento de transporte	49.915,52	9.983,09	39.932,43
1.1.5 Equipamento administrativo			
1.1.6 Equipamentos biológicos			
1.1.7 Outros			
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	182.669,00	182.669,00	
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)			
3.1 Subsídios relacionados com activos ao investimento			
3.2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			
4 TOTAL (4=1+2+3)	2.435.102,76	298.507,39	2.136.595,37

16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2017.

Após a data do balanço não houve acontecimento de eventos ocorridos que afetassem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2013 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

Descrição	Valor
Resultado contabilístico do período	11.959,05
Imposto corrente do período	2.037,38
Coleta	714,69
Tributações autónomas	1.109,98
Derrama	212,71
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	3,03
Imposto sobre o rendimento do período	2.040,41
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	17,06%

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

Resultado contabilístico do período	11.959,05
Diferenças permanentes:	2.221,38
Diferenças temporárias:	
Resultado fiscal (a)	14.180,43
Dedução de Prejuízos (b)	- 9.926,30
Matéria coletável (c)	4.254,13
Coleta (d)	714,69
Impostos Diferidos (e)	3,03
Tributação Autónoma (f)	1.109,98
Derrama (g)	212,71
Imposto registado na demonstração de resultados	2.040,41

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

(a)	
Resultado contabilístico do período	11.959,05
Diferenças permanentes:	2.221,38
Diferenças temporárias:	
Resultado Fiscal	14.180,43

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável:

(b)	
Prejuízos Fiscais dedutíveis	10.475,36
Resultado Fiscal	14.180,43
70% do Resultado Fiscal	9.926,30
Prejuízos Fiscais deduzidos	- 9.926,30
Matéria coletável	4.254,13

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)	
Resultado Fiscal	14.180,43
Prejuízos Fiscais deduzidos	- 9.926,30
Matéria Coletável	4.254,13

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)	
$8.440,88 * 0,21 * 0,80$	714,69
Coleta apurada	714,69

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)

Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício	18,02
Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício	
Taxa nominal de imposto	16,80%
	3,03

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)

Despesas Representação	1.268,84
Taxa de tributação autónoma	0,08
Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00	4.583,98
Taxa de tributação autónoma	0,22
Gastos com Viat.Lig. Passageiros inferior a €25.000,00	-
Taxa de tributação autónoma	0,08
	1.109,98

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)

Resultado tributável do período	14.180,43
Taxa de derrama	1,50%
	212,71

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

18. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2016, incluindo estagiários ao abrigo do programa Estagiar L e T, foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	41	68.880
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	41	68.880
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	41	68.880
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	41	68.880
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	28	47.040
Mulheres	13	21.840
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2016 e 2015 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2016	2015
Gastos com pessoal	434.112,22	449.966,85
Remunerações dos órgãos sociais	38.491,18	37.246,01
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	303.030,50	324.082,18
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		954,45
Encargos sobre remunerações	70.920,62	74.145,03
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.465,26	4.371,93
Gastos de acção social	10.890,12	5.624,09
Outros gastos com pessoal	6.314,54	3.543,16
Dos quais:		
Gastos com formação	1.850,00	
Gastos com fardamento	4.464,54	3.539,96

19. Outras Informações

19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 9.918,64€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Outros créditos a receber	5.917,27	4.856,14
Fornecedores C/C	101,08	
Fornecedores de investimentos		101,08
Devedores diversos	5.816,19	4.755,06
Outras dívidas a pagar	431.300,77	446.507,12
Fornecedores de investimentos	9.503,04	6.404,57
Cretores diversos	358.976,51	378.937,13
Cretores por acréscimos de gastos	62.732,33	60.909,21
Pessoal	88,89	256,21

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	- 536,44	649,39
Pagamento por Conta	1.345,00	2.976,00
Pagamento Especial por Conta	155,94	1.574,00
Estimativa de imposto	- 2.037,38	- 3.900,61
Retenção na fonte por terceiros		
Retenção na fonte a terceiros	- 1.522,00	- 1.957,53
Imposto sobre o valor acrescentado	9.519,05	109,79
Contribuições para a Segurança Social	- 8.491,66	- 7.852,98
Contribuições para o FCT	- 2,31	- 1,48
TOTAL ATIVO	9.519,05	649,39
TOTAL PASSIVO	- 10.552,41	- 9.921,78

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Gastos a reconhecer	2.641,53	2.889,72
Seguros antecipados	1.591,34	1.508,08
Outros	1.050,19	1.381,64
Rendimentos a reconhecer	819,48	-
Outros	819,48	

d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubrica	2016	2015
Subcontratos	17.435.01	19.989.20
	155.372,96	110.025,21
Trabalhos Especializados	58.258.79	36.625.37
Publicidade e Propaganda	11.463.00	457.55
Vigilância e Segurança	257.32	1.353.01
Honorários	24.564.54	17.548.80
Conservação e Reparação	39.619.80	39.188.19
Serviços Bancários	8.449.13	2.790.89
Outros Serviços Especializados	6.231.94	5.659.81
Taxas ERSARA	6.528.44	6.401.59
	4.409,03	4.629,84
Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido	307.30	502.21
Livros e Documentação Técnica		662.25
Material de Escritório	4.101.73	3.343.38
Artigos para Oferta		122.00
	38.417,11	38.766,16
Electricidade	10.080.17	8.722.98
Combustíveis	28.320.08	29.428.86
Gás	16.86	614.32
	2.369,87	768,48
Deslocações e Estadas	2.369.87	768.48
	25.118,06	34.933,38
Rendas e Alugueres	814.23	10.882.90
Comunicação	8.550.06	8.169.14
Seguros	8.310.81	8.382.83
Contencioso e Notariado	591.00	165.00
Despesas de Representação	1.268.84	1.496.85
Limpeza, Higiene e Conforto	786.75	2.218.24
Outros	4.583.98	2.478.89
Outros Serviços	212.39	1.139.53
TOTAL	243.122,04	209.112,27

e) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2016	2015
Rendimentos suplementares	8.430,66	5.614,03
Ganhos em inventários		6.706,69
Correções relativas a períodos anteriores	3.476,55	5.944,38
Imputação de subsídios p/Investimento	131.571,72	136.930,61
Outros não especificados	0,85	5,29
TOTAL	143.479,78	155.201,00

f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2016	2015
Impostos indirectos	734,50	628,50
Perdas em inventários		5.306,01
Correções relativas a períodos anteriores	2.119,07	8.553,25
Insuficiência estimativas para impostos	0,23	
Outros não especificados	186,99	246,34
TOTAL	3.040,79	14.734,10

g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2016 e 2015, ascenderam a 95.126,89€ e 107.193,15€, respetivamente.

g) Capital Próprio



Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 429.799,50		9.031,28	- 420.768,22
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.874.024,89	513.402,46	417.024,87	1.777.647,30
Subsídios	1.874.024,89	513.402,46	417.024,87	1.777.647,30
Resultado líquido do período	9.031,28	9.031,28	9.918,64	9.918,64
Total	1.481.533,01	522.433,74	435.974,79	1.395.074,06

20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho

20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 201 por CAE conforme se apresenta:

	Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/ 93294	Total
1	Vendas	314.484,30	64.510,63	3.535,95	382.530,88
1,1	Mercadorias	314.484,30	64.510,63	3.535,95	382.530,88
2	Prestações de serviços	97.258,71	163.518,10	29.864,63	290.641,44
3	Compras	9.993,82	-	3.966,47	13.960,29
4	Fornecimentos e serviços externos	99.294,20	47.165,61	96.662,23	243.122,04
5	CMVMC	9.539,41	-	3.974,86	13.514,27
5,1	Mercadorias	-	-	3.966,47	3.966,47
5,2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.539,41	-	8,39	9.547,80
7	Número médio de pessoas ao serviço	8,00	15,00	18,00	41,00
8	Gastos com o pessoal	111.056,58	163.268,52	159.787,12	434.112,22
8,1	Remunerações	91.383,71	131.509,54	118.628,43	341.521,68
8,2	Outros (inclui pensões)	19.672,87	31.758,98	41.158,69	92.590,54
9	Activos fixos tangíveis:				-
9,1	Quantia escriturada líquida final	768.937,08	2.202.099,06	342.968,07	3.314.004,21
9,2	Total de aquisições	41.398,46	50.315,00	3.400,29	95.113,75
9,3	Das quais: em edifícios o outras construções			-	-
9,4	Adições no período de ativos em curso	11.700,01	-	-	11.700,01

b) Informação por Mercados Geográficos

	Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1	Vendas	382.530,88		
2	Prestações de serviços	290.641,44		
3	Compras	13.960,29		
4	Fornecimentos e serviços externos	243.122,04		
5	Aquisições de activos fixos tangíveis	106.813,76		
6	Aquisições de propriedades de investimento			
7	Aquisições de activos intangíveis			
8	Rendimentos suplementares	8.430,66		
8,5	Outros	8.430,66		
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10	Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

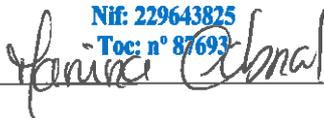
Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.774,28€.

A Contabilista Certificada

Marina Cabral

Nif: 229643825

Toc: n° 87693



Marina Viveiros Cabral

N.I.F. 229 643 825

Membro OCC 87693

O Conselho de Administração

